



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Exercício 2009

Lisboa, 27 de Maio de 2010

ÍNDICE

Principais Indicadores

Síntese da Actividade do Exercício

Enquadramento Macroeconómico

O Modelo de Negócio

- Negócio Automóvel
- Negócio de Crédito ao Consumo e Cartões de Crédito
- Negócio Crédito Directo

Actividade das Redes de Distribuição

Evolução das Demonstrações Financeiras

Gestão Financeira

Gestão de Risco

Recuperação de Crédito

Operações

Controlo e Compliance

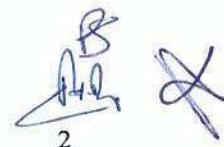
Sistemas de Informação

Recursos Humanos

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Proposta de Aplicação de Resultados

Notas Finais



PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2009	2008	Variação
Activo líquido	1 342 461	1 297 374	3,5%
Crédito sobre Clientes (bruto)	1 309 199	1 306 958	0,2%
Crédito sobre Clientes (líquido)	1 249 555	1 251 880	-0,2%
Situação Líquida	120 615	118 726	1,6%
Capital Financiado no ano	427 741	466 507	-8,3%
Créditos Tomados Factoring	1 112 206	1 259 592	-11,7%
Margem Financeira	49 298	47 536	3,7%
Produto Bancário	58 821	54 830	7,3%
Custos de transformação	25 066	23 984	4,5%
Resultado de Exploração	33 754	30 847	9,4%
Resultado Antes de Impostos	15 201	13 003	16,9%
Resultado líquido	10 410	8 025	29,7%
Número de acções em circulação no exercício	66 592 947	66 592 947	0,0%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	15,6	12,1	29,7%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	42,6%	43,7%	-1,1 p.p.
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	14,6%	14,5%	0,1 p.p.
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	10,5%	11,1%	-0,6 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	9,16%	9,72%	-0,6 p.p.
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	4,5%	4,3%	0,2 p.p.
ROA (médio)	0,8%	0,6%	0,2 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	1,2%	1,0%	0,1 p.p.
ROE (médio)	8,7%	6,6%	2,1 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1)	12,7%	10,7%	2,0 p.p.
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	3,6%	2,6%	1,0 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	4,1%	3,3%	0,9 p.p.
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (1)	0,8%	0,7%	0,0 p.p.
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	110%	116%	-5,5 p.p.
Número de efectivos	211	224	-5,8%

(1) - Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

A actividade do Banco Santander Consumer Portugal em 2009, à semelhança de outras instituições que operam no mercado financeiro e em concreto no financiamento ao consumo, foi bastante influenciada pela envolvente macro económica, nomeadamente com a desaceleração do consumo privado em 0,8% e pela contracção do PIB em 2,7%.

Não obstante, e como corolário das acções preventivas na admissão de risco de crédito e no reforço da actividade de recuperação, o Banco conseguiu, já em final de 2009, fechar o ano com prémios de risco substancialmente inferiores aos de 2008, iniciando portanto uma melhoria significativa dos indicadores numa perspectiva preço/risco, antevendo assim conseguir melhores rentabilidades futuras. De facto a distribuição do Banco nos produtos colateralizados, associada a uma moderação de concessão de crédito em produtos sem garantia, e à excelente melhora dos indicadores de recuperação de crédito irão dar bons frutos em 2010, apesar dos receios quanto às previsões de comportamento da economia.

Por outro lado, as vendas a retalho do mercado automóvel – das quais uma parte significativa da actividade comercial do Banco está dependente – reduziram significativamente (-26%), ainda assim beneficiando da injeção de incentivos à venda por parte do governo (incentivo ao abate) e dos esforços colocados pelos importadores no reequilíbrio dos stocks, com maior ênfase no segundo semestre. É de salientar que o modelo de distribuição do Banco para o sector automóvel se mostrou fundamental na sustentação dos volumes, pois as parcerias com as marcas ajudaram à recorrência do negócio e, em muitos casos, a ganhar posição comercial.

O Banco conseguiu encerrar a actividade comercial de financiamento de viaturas novas destacado na liderança, com um market share de 25% em Dezembro, e um total anual de 21,5%, enquanto que nas viaturas usadas, apesar de um decréscimo de 7% no volume de financiamento (vs. contracção de mercado de 17%), ganhou cerca de 1,3% de market share face a 2008, para os 11,6% no final do ano - mesmo considerando as exigentes políticas de concessão de crédito em vigor.

Estes resultados foram conseguidos antes de os novos contratos com a Mazda e com a Opel produzirem qualquer efeito positivo, pois estão ainda num estágio de implementação muito prematuro. Assim, na vertente de distribuição é muito possível que 2010 venha a ser um bom ano, pelo menos globalmente melhor do que 2009, pois o facto de se ter conseguido atingir o 9º acordo de financiamento de marca, além da distribuição directa, também será possível reforçar as parcerias multimarca junto dos grupos de retalho que tenham representação de marcas com acordo junto do Banco.

Quanto ao plano de expansão para outras linhas de negócio, nomeadamente no financiamento através de crédito pessoal por via de actividades de cross-selling à carteira de clientes, o Banco está a repensar todo o modelo de distribuição, na medida em que o modelo anterior se veio a mostrar pouco adequado às necessidades dos clientes. Não obstante o Banco continuou a estratégia de sustentação da linha de crédito ao consumo tradicional que será determinante - no mercado em que opera – para garantir a angariação de novos clientes, apesar de a captação de financiamento no ponto de venda, em volume de capital financiado, ter decrescido 5,9%, o número de clientes angariados manteve-se sensivelmente estável.

O decréscimo de 5,9% no volume de financiamento de crédito ao consumo tradicional compara com um mercado que contraiu 24%, pelo que o Banco apesar do referido decréscimo no volume de financiamento, ganhou cerca de 3,4% de market share face a 2008, para os 15,1% no final do ano de 2009.

Foi neste contexto que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. atingiu um volume anual de capital financiado de 427,7 milhões de euros – uma contracção de 8,3% face ao ano anterior – muito justificadas pela redução do volume de empréstimos pessoais e das transacções com cartão de crédito. Em perímetro constante, comparando o financiamento automóvel e o financiamento ao consumo tradicional, a variação foi de -3,4%, muito inferior às respectivas contracções de mercado.

Para a optimização da margem financeira, que melhorou em 12bp, o Banco optou por uma gestão rigorosa das margens de financiamento e de uma optimização acompanhada de diversificação das fontes de financiamento. Nesse sentido a concretização da operação de titularização de créditos Silk Finance N°3, no montante de 688 milhões de euros (a transacção de maior dimensão no segmento de Auto & Consumer ABS em Portugal no ano de 2009), constituiu um factor decisivo, pois permitiu recorrer ao BCE através de activos elegíveis por aquele Banco Central, financiando-se o Banco Santander Consumer Portugal no montante de 330 milhões de euros em operações de cedência alargada de liquidez indexadas à taxa de juro das operações principais de refinanciamento de 1,0%.

Como linha complementar, na actividade seguradora, foi possível aumentar o nível de comissões, totalizando a Dezembro de 2009 cerca de 6,1 milhões de euros, ainda assim um valor condicionado por via das limitações impostas pela Lei de Mediação de Seguros. A aplicação da nova Lei em finais de 2007 catalisou a mudança do modelo de venda de seguros, dando preferência à angariação directa e lançando produtos adicionais, além dos seguros de protecção de crédito e do seguro automóvel.

No que diz respeito aos processos de optimização operacional, o Banco obteve o seu melhor rácio de eficiência em 2009, reduzindo-o de 43,7% em 2008 para 42,6% em 2009, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade num enquadramento de mercado desfavorável.

O exercício de 2009 encerrou com um resultado líquido consolidado de 10,41 milhões de euros, representando um crescimento de 29,7% em relação aos 8,03 milhões de euros registados no ano anterior.

A carteira de crédito sobre clientes veio a cifrar-se, no final de 2009, em 1.309 milhões de euros, praticamente estável face ao período homólogo, tendo contribuindo o financiamento de stock aos concessionários, com os quais o Banco Santander Consumer Portugal tem acordos de marca, numa proporção semelhante à do exercício anterior.

Assim, apesar do enquadramento económico desfavorável, o Banco Santander Consumer Portugal está muito bem posicionado para que, em 2010, venha a conseguir ainda melhores resultados, quer ao nível da evolução positiva do activo, dos rácios de incumprimento e dos resultados operacionais, dando continuidade à evolução favorável verificada em 2009.


5


ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

Na sequência da falência do banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers, e consequente encerramento dos mercados financeiros globais, pela primeira vez desde a Segunda Grande Guerra a economia mundial entrou em recessão. De acordo com as mais recentes estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o produto interno bruto (PIB) da economia mundial terá recuado 1,9%. A OCDE também confirma a quebra do produto, prevendo uma contracção de 3,3% para o conjunto das 30 maiores economias que integram a organização.

Após a grave intensificação das tensões nos mercados financeiros no Outono de 2008, o ano de 2009 começou com uma queda rápida e sincronizada da actividade económica a nível mundial, a que se seguiu uma recuperação muito gradual ao longo do ano, evolução à qual não terá sido alheia a adopção de um conjunto de medidas de política monetária e orçamental, bem como de apoio ao sistema financeiro, e que terão contribuído para moderar a quebra da actividade económica mundial e evitar o colapso do sistema financeiro. No entanto, no final de 2009 começaram a surgir as primeiras perturbações no mercado da dívida soberana de diversos países, nomeadamente na área do euro.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

Taxas de variação em percentagem

PIB	2008	2009
Economia mundial	3,2	-1,9
EUA	1,1	-2,4
Japão	-0,7	-5,2
Área do euro	0,7	-4,0
Alemanha	1,0	-5,0
França	0,7	-2,2
Itália	-1,0	-5,0
Espanha	1,2	-3,6
Portugal	0,0	-2,7
Reino Unido	0,7	-4,9
China	9,0	8,7

Fontes: FMI

Apesar de num primeiro momento se acreditar que a Europa, por estar ao abrigo da crise imobiliária norte-americana e longe do epicentro da turbulência financeira, poderia ser menos afectada pela crise económica, no entanto cedo se constatou que a forte dependência das principais economias europeias do estímulo externo, entretanto desaparecido por via da forte queda de procura de bens de capital pelos mercados emergentes e pelo abrandamento do crédito, e a correcção de alguns desequilíbrios nacionais específicos, deixariam a economia europeia bastante exposta. Assim, o PIB real da área do euro registou uma contracção de 4.0% em 2009, tendo a Comissão Europeia revisto igualmente as suas projecções de crescimento do PIB na zona euro para -0.1% em 2010.

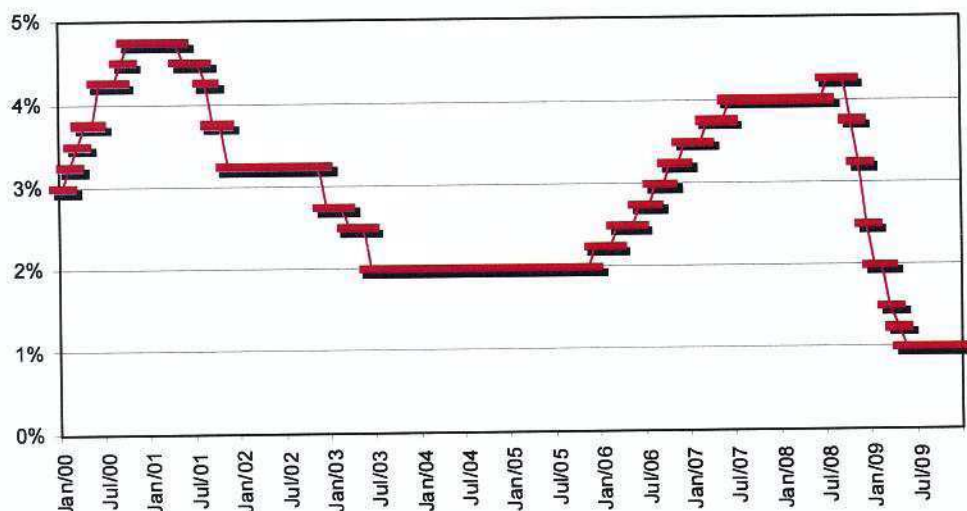
As pressões inflacionistas foram moderadas em 2009. A taxa de inflação média anual situou-se nesse ano em 0.3%, o nível mais baixo registado desde o lançamento do euro em Janeiro de 1999, depois de ter atingido um máximo histórico de 3.3% em 2008. A inflação homóloga medida pelo IHPC caiu de 1.1% em Janeiro para -0.7% em Julho, antes de

aumentar de novo para 0.9% em Dezembro. A grande oscilação da taxa de inflação homóloga global medida pelo IHPC em 2009 foi principalmente impulsionada pela evolução dos preços das matérias-primas e, em particular, dos preços da energia, invertendo o movimento ascendente verificado em 2008 e os correspondentes efeitos de base.

Num contexto de abrandamento económico generalizado, intensificação das tensões financeiras com volatilidade substancial nos mercados, níveis baixos de liquidez, e com as pressões inflacionistas a descerem de forma substancial, entre Janeiro e Maio de 2009 o BCE reduziu a taxa das operações principais de refinanciamento em 150 pontos base para um nível inédito na história recente dos países da área do euro. Desde Maio de 2009, o BCE tem mantido as taxas de juro directoras inalteradas, situando-se as taxas de juro das operações principais de refinanciamento em 1.00%, perfazendo uma redução total de 325 pontos base, desde 8 de Outubro de 2008. Em Maio, o BCE decidiu também reduzir a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 50 pontos base, para 1.75%, deixando a taxa de juro da facilidade permanente de depósito inalterada em 0.25%, reduzindo assim o diferencial entre estas duas taxas de 200 para 150 pontos base.

Main Refinancing Interest Rate – Eurosystem

Valores em percentagem



Além de reduzir as taxas de juro, o BCE continuou a proporcionar medidas de maior apoio ao crédito. Na sequência das operações realizadas desde Outubro de 2008, o BCE decidiu, realizar três operações de refinanciamento de prazo alargado com um prazo de 12 meses em Junho, Setembro e Dezembro de 2009. Estas medidas exerceram pressão descendente significativa sobre as taxas do mercado monetário, uma vez que asseguravam aos bancos acesso amplo e profundo a liquidez durante um prazo mais prolongado, aumentando assim a sua capacidade para ceder liquidez à economia real e colocando pressão descendente sobre as taxas activas dos bancos.

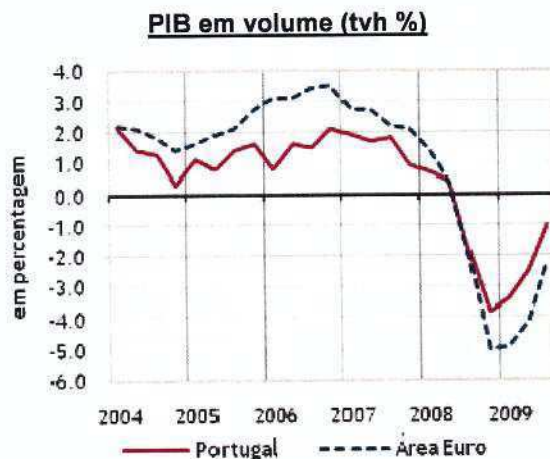
Todas as medidas não convencionais adoptadas pelo BCE foram de natureza temporária e desenhadas de modo a manter a estabilidade dos preços no médio prazo, quer directa, quer indirectamente, ao assegurarem que as expectativas de inflação se mantieram firmemente ancoradas, em linha com a estabilidade de preços. Todas as medidas não convencionais adoptadas foram projectadas de forma a poderem ser gradualmente descontinuadas, logo que a situação normalize.

Economia Portuguesa

Uma pequena economia aberta plenamente integrada em termos económicos e financeiros, como é o caso de Portugal, não poderia deixar de ser fortemente afectada no contexto da maior crise financeira e económica dos últimos 80 anos. Acresce que a economia portuguesa tem evidenciado um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, as quais têm limitado o seu crescimento potencial ao longo da última década, num contexto de aumento da concorrência nos mercados internacionais e integração crescente das economias de mercado emergentes com um padrão de exportações semelhante ao da economia portuguesa.

Aquelas fragilidades reflectem-se num crescimento limitado da produtividade total dos factores, ao qual não será alheio o baixo nível de qualificação da população activa, e que em conjunto com os desafios colocados pelo novo enquadramento financeiro internacional decorrente da crise financeira, tenderão a limitar o crescimento da actividade económica no médio prazo.

A actividade económica em Portugal apresentou uma quebra muito significativa no último trimestre de 2008 que se prolongou no primeiro trimestre do ano seguinte. O PIB deverá registar uma variação negativa de 2.7 por cento em 2009, a mais acentuada das últimas décadas. Não obstante, em 2009, interrompeu-se um ciclo de divergência entre Portugal e a área do euro, que vinha sendo registado desde 2002 (gráfico abaixo), tendo-se observado um diferencial de crescimento de 1.3 por cento, uma vez que o PIB da área do euro terá registado uma variação negativa de 4.0 por cento em 2009.



Nos últimos 20 anos, assistiu-se a dois episódios recessivos na economia portuguesa, para além do actual, sendo que em nenhum se registou uma contracção do PIB de magnitude semelhante. Deve realçar-se contudo que, ao contrário dos anteriores, o actual episódio recessivo ocorre num quadro de profunda crise financeira internacional, acompanhado por uma retracção mundial da actividade económica. A análise das componentes da procura global permite constatar que esta recessão comporta quedas sem precedentes da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, reflectindo os efeitos da crise financeira e económica sobre as decisões de investimento e sobre as expectativas de procura.

A evolução do investimento ao longo dos últimos anos tem cerceado o potencial de crescimento da economia, enquanto a trajectória das exportações no mesmo período tem revelado dificuldades competitivas por parte do sector exportador, na sequência da entrada de novos concorrentes no mercado internacional com baixos custos unitários de trabalho. O consumo privado registou em 2009 uma queda maior do que a observada nos pontos mais baixos dos anteriores episódios recessivos.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Taxas de variação em percentagem

	2007	2008	2009
PIB	1,8	0,0	-2,7
Consumo Privado	1,6	1,7	-0,8
Consumo Público	0,0	0,5	3,5
FBCF	2,8	-1,7	-11,1
Exportações	7,5	-0,4	-11,6
Importações	5,6	2,1	-9,2
Procura Interna	1,5	0,9	-2,5
Procura Externa	5,1	1,5	-12,6
Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	1,7	1,0	-2,8
Procura Externa	0,2	-1,0	0,1
IHPC	2,4	2,7	-0,9
Taxa Desemprego (% da população activa)	8,0	7,6	9,5
Desemprego longa duração (% desemprego total)	48,9	49,8	46,5
Saldo Orçamental (% PIB)	-2,6	-2,8	-9,4
Dívida Pública	69,2	71,2	81,0

Fontes: INE e Banco de Portugal

Após um crescimento nulo em 2008, a informação disponível aponta para que o PIB tenha registado uma variação negativa de 2.7 por cento em 2009.

Do lado da procura, a desaceleração da actividade esteve associada ao comportamento das exportações e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou seja, das componentes mais sensíveis ao enquadramento interno e externo caracterizado. As projecções para a FBCF apontam para uma queda de cerca de 12 por cento em 2009, após uma redução de 1.3 por cento em 2008.

Esta queda acentuada da FBCF em 2009 terá estado associada à profunda deterioração das expectativas dos agentes económicos face ao níveis de procura tanto no mercado interno, como nos mercados de destino das exportações portuguesas, num contexto internacional dominado pela forte contracção da procura mundial, por níveis de incerteza anormalmente elevados e pelo consequente aumento dos prémios de risco de crédito.

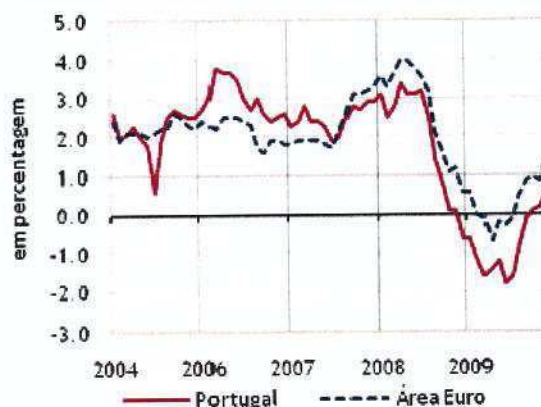
Do lado da oferta, a forte desaceleração da economia portuguesa reflectiu uma queda do consumo privado deverá ter registado uma contracção de 0.8 por cento em 2009, após um crescimento ligeiramente superior a 1.5 por cento nos dois anos anteriores. A queda do consumo ocorreu no quadro de um aumento do rendimento disponível em termos reais que foi determinado, em grande medida, pela forte descida das taxas de juro bancárias ao longo de 2009, dada a posição líquida negativa das famílias em termos de activos e passivos que vencem juros, e pelo crescimento das transferências para as famílias e das remunerações do trabalho, não obstante a forte redução do emprego, pois durante o ano de 2009, a taxa de desemprego atingiu 9.5 por cento, o que compara com 7.6 por cento em 2008.



Relativamente à evolução da inflação, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter descido 0.9 por cento em 2009, após um aumento de 2.7 por cento em 2008. A redução dos preços no consumidor em 2009 constituiu um facto inédito nas últimas três décadas e está associada à forte contracção da procura, tanto a nível internacional como a nível interno, decorrente da recente crise económica e financeira.

A queda da procura contribuiu para uma descida assinalável dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, enquanto ao nível interno induziu uma forte compressão de margens de lucro, num quadro de manutenção de um forte crescimento dos custos unitários do trabalho, que traduziu um desajustamento entre o dinamismo dos salários e o fraco crescimento da produtividade.

Índice harmonizado de preços no consumidor (tvh %)



A crise económica e financeira também implicou, à semelhança dos restantes países da área do euro, uma deterioração acentuada das contas das Administrações Públicas, tendo-se registado uma forte quebra da receita e um aumento da despesa. Em 2009, o défice das administrações públicas, na óptica das Contas Nacionais, situou-se em 9.4 por cento, muito acima portanto do valor de referência de 3 por cento do PIB, e o rácio da dívida pública aumentou 9.8 pontos percentuais em 2009, ascendendo a 81 por cento no final do ano.

A deterioração das contas das Administrações Públicas torna assim premente a implementação de estratégias claras de consolidação orçamental, que em Portugal se consubstanciam no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010 - 2013, de forma a evitar que o crescimento económico futuro possa estar em causa, pela persistência de níveis elevados de dívida. Nesta conformidade os principais objectivos do PEC passam por definição de uma estratégia de redução do défice e correcção do crescimento da dívida, privilegiando a redução e contenção da despesa, assegurando assim a sustentabilidade das finanças públicas enquanto suporte do crescimento sustentado da economia.

O MODELO DE NEGÓCIO

Os fundamentos do modelo de negócio do Banco Santander Consumer Portugal assentaram no desenvolvimento gradual da actividade da gestão da relação directa com o cliente final mas, principalmente, suportado em relações de ponto de venda no sector automóvel e de crédito ao consumo.

Na sequência da crise financeira e agravamento da situação macroeconómica o Banco concluiu que as actividades de venda directa de produtos financeiros a cliente final estavam em declínio, razão pela qual estas começaram a ser repensadas logo a partir do último trimestre de 2008.

Assim a estratégia delineada em finais de 2006, fortemente dinamizada em 2007 e também durante grande parte de 2008, veio a ser adaptada ao nível operacional, por redistribuição dos recursos afectos e investimentos, com o objectivo de fazer face à conjuntura económica adversa vivida durante 2009 e que provavelmente se prolongará até 2010.

NEGÓCIO AUTOMÓVEL

Apesar do contexto vivido no mercado automóvel em Portugal o ano de 2009 foi, para o Banco Santander Consumer Portugal, SA, um dos anos em que a sua actividade neste segmento de negócio fica mais positivamente marcada.

De facto, o exercício de estratégias e políticas consistentes e coerentes ao longo do tempo permitiram que em 2009 o Banco Santander Consumer Portugal assumisse uma posição ainda de maior destaque nos mercados em que opera, não só pelo reforço significativo de quota de mercado como também pela forma como constituiu ou reforçou significativamente as suas relações com parceiros de negócio de referência no mercado automóvel.

Neste enquadramento, e para além da implementação e dinamização do primeiro acordo Pan-Europeu concretizado ainda em 2008 – estabelecido entre a Mazda Motors Europe e o Santander Consumer Finance – foi com especial satisfação que no último trimestre do ano 2009, e após prolongadas negociações foi concretizado o acordo com mais uma marca – a 9ª do portfólio actual do Banco -, neste caso com a GM Portugal que assegura a distribuição da marca OPEL para Portugal.

Refira-se que este facto relevante na actividade do Banco em 2009 assumiu uma importância que transcende a simples adição de uma marca ao leque dos programas de stock geridos pelo Banco, não só por se tratar de uma marca com uma histórica posição de destaque no Top 5 do MTM em Portugal mas, também, pelo facto de ser representada no retalho por muitos Grupos Económicos e Distribuidores independentes já com relações de parceria com o Banco e que também por esta via reforçaram o seu relacionamento com o Banco.

Outro facto relevante na actividade do Banco em 2009 está relacionado com a publicação da legislação de defesa do consumidor ocorrida em Julho. Apesar da natural instabilidade resultante da alteração ou mesmo implementação de novos processos de venda, com especial reflexo nas estruturas comerciais das entidades parceiras, a convicção do Banco é no sentido de que esta tipologia de regulamentação fortalece a sua vantagem competitiva no mercado de vez que, historicamente, o Banco sempre pautou a sua actividade por princípios de rigor, clareza e transparência para com os seus parceiros e clientes finais aos quais, a partir dessa data, todo o mercado ficou obrigado.

Em suma, reforça-se o carácter extraordinariamente positivo em que se traduziu o ano 2009 para o Banco, reflexo da fidelidade das suas parcerias de referência, da angariação de novas parcerias de relevo, das políticas seguidas e do acerto que revela o modelo comercial

consistente que tem vindo a ser seguido, patenteado pela Liderança destacada no mercado de financiamento de viaturas novas e a vice liderança no segmento de viaturas usadas à data de Dezembro de 2009.

Oferta de Produto

Como é conhecido a matriz de produtos disponibilizada pelo Banco sendo a mais completa do mercado contempla um conjunto de soluções para todo o ciclo de vida de um automóvel e respectivos intervenientes.

A utilização isolada de alguns dos produtos ou a sua combinação na construção de soluções que satisfaçam as necessidades de todas as entidades que interagem no negócio automóvel é um dos pontos fortes do Banco.

Esta versatilidade assente em sistemas aplicacionais de elevada flexibilidade são uma das imagens de marca do Banco os quais permitem customizar cada linha de produto numa desmultiplicação de combinações que cobrem as mais singulares necessidades de cada cliente sejam eles as próprias marcas, os Concessionários/Distribuidores e os próprios clientes finais.

O exemplo mais evidente desta flexibilidade reside na gestão independente de 9 programas de stock de marca, totalmente independentes e com identidade distinta entre si, a qual permite aos parceiros autonomia e independência na sua gestão operacional e, ao Banco Santander Consumer Portugal, um portfolio completo de diferenciação através da flexibilidade e diversidade de oferta.

- Importadores:
 - Apoio à Tesouraria no âmbito do produto de Factoring;
 - Crédito stock viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento.
- Rede de distribuição;
 - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento;
 - Produtos de apoio à tesouraria;
 - Viaturas de demonstração e de serviço.
- Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):
 - Aluguer de Longa Duração;
 - Locação Financeira;
 - Crédito Tradicional (taxas variáveis, fixas e mistas);
 - Crédito Intersolução;
 - Seguro de protecção ao crédito;
 - Seguro automóvel;
 - Seguro "GAP"

Canais e Redes de Distribuição

O modelo comercial continua a basear-se numa estrutura de apoio e acompanhamento comercial muito direccionada para a especialização por tipologia de canal e, por sua vez, centrada na rentabilidade do canal de origem:

❑ Rede Franchisados:

- Marcas: Volkswagen, Audi, Skoda, Mitsubishi, Seat, Kia, Isuzu, Mazda às quais foi adicionada no final de 2009 a marca OPEL e acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano, Grupo Entrepasto, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo Evicar, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
- Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas.

❑ Rede Não Franchisados:

- Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.

❑ Sucursais:

- Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.

A segmentação da actividade comercial nas redes Franchisada e Não Franchisada permitiu uma adequação do perfil comercial, de acompanhamento e dinamização adequada às necessidades de cada rede, que são bem diferenciadas.

MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

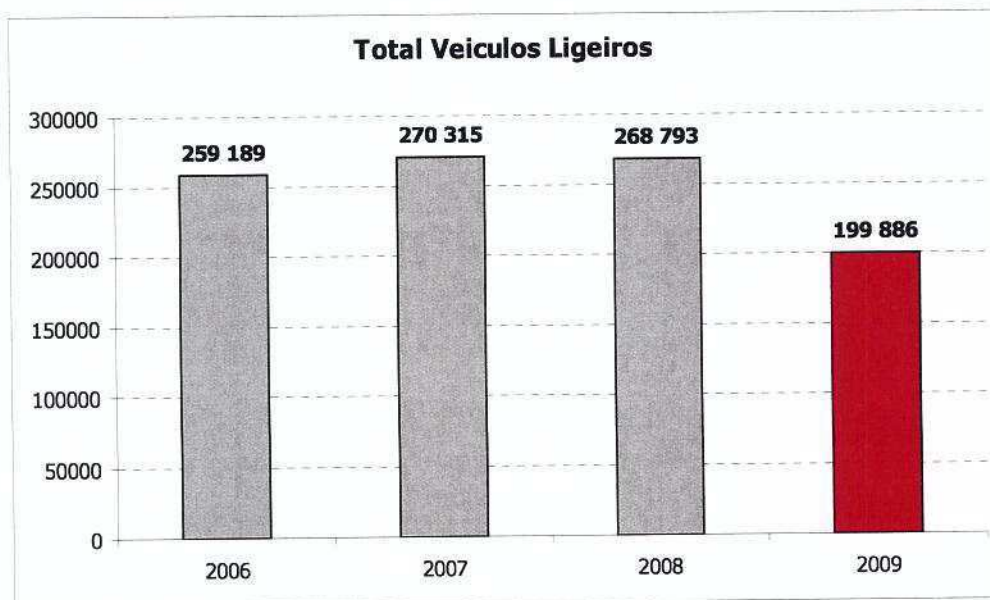
O mercado de veículos ligeiros registou uma forte contracção no ano 2009 em comparação com o ano 2008 em que o número de unidades vendidas no mercado de viaturas ligeiras observou uma queda de 25,6% tendo sido transaccionadas 199.886 unidades.

A queda verificada está directamente relacionada, por um lado, com a redução generalizada das vendas de rent-a-car que se vinha verificando desde Agosto 2008 e o adiamento dos "timings" das renovações das frotas pelas empresas gestoras de frotas (Renting/AOV) e, ainda por outro lado, com uma performance muito negativa na fase inicial do ano ao nível dos clientes particulares, a qual só recuperou a partir do início do 2º semestre de 2009 com o reforço da política governamental no que se refere ao apoio aos abates.

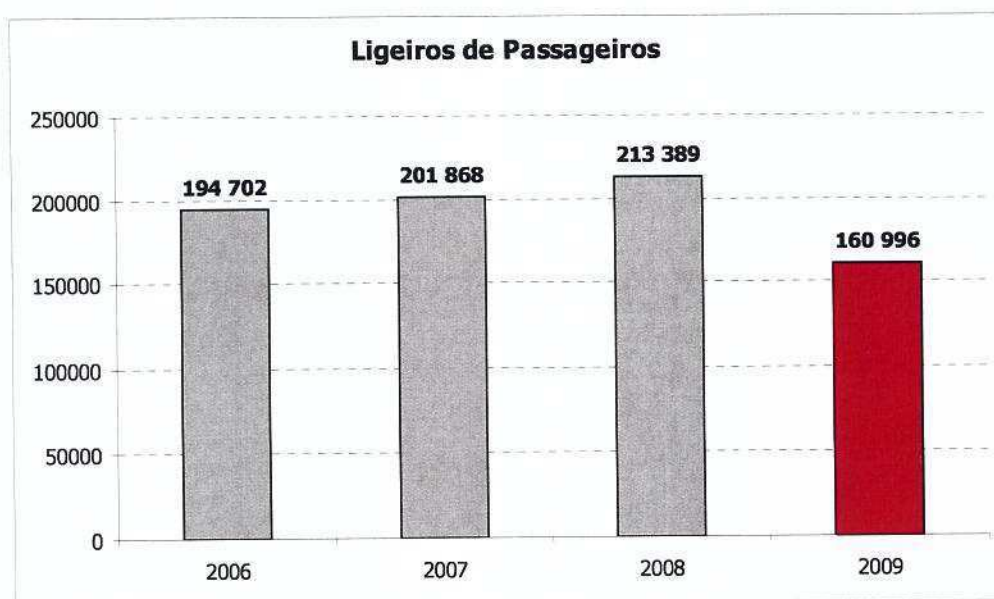
Ainda no que se refere às vendas a Rent-a-Car a redução de vendas directas dos importadores a este canal de distribuição, é reflexo das alterações nos mercados financeiros, forçando os operadores a iniciar um período de alargamento da duração da retenção das viaturas nas suas frotas.

A conjugação dos efeitos da contracção das compras pelas Rent-a-Car e o prolongamento do ciclo de vida das viaturas cuja utilização é financiada em sistema de AOV/Renting acabou, também, por ter um impacto significativo ao nível do mercado secundário onde as viaturas designadas de semi novas foram um produto muito escasso para comercialização.

Por ultimo refira-se que este enquadramento de mercado acabou por contribuir muito positivamente para a regeneração e redução dos stocks dos concessionários/distribuidores quer por uma menor pressão das marcas junto das suas redes de distribuição, quer pela falta de viaturas designadas de semi novas no mercado secundário.



Por tipo de veículos, a categoria de passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou um decréscimo de 24,6%, com 160.996 unidades vendidas que compara com 213.386 unidades em 2008.



No que se refere aos Veículos Comerciais Ligeiros a contracção ainda foi mais forte uma vez que em adição aos 19% que já havia ocorrido em 2008 por comparação com 2007, volta a verificar-se neste segmento uma variação negativa superior ao mercado global atingindo cerca de -30% (38.890 unidades em comparação com 55.404 em 2008).

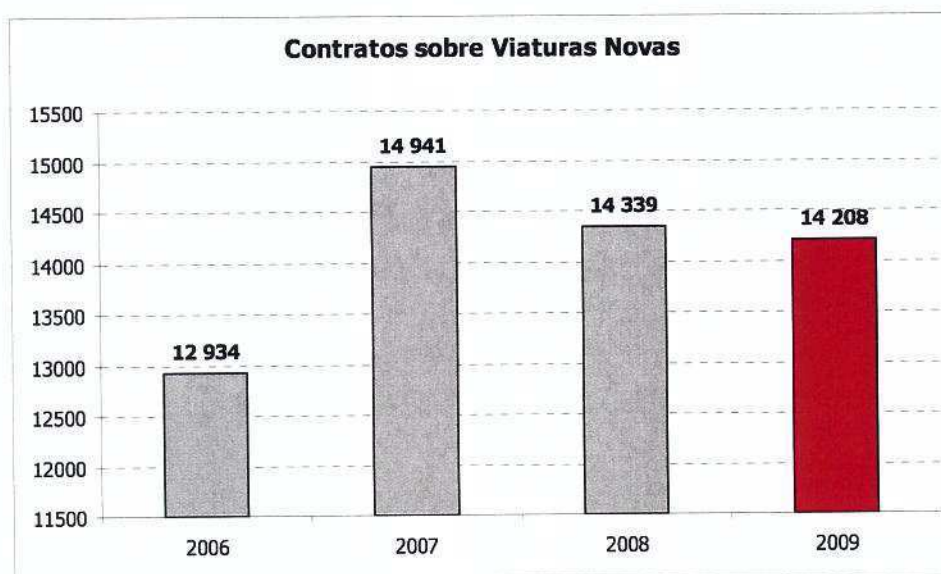


Relativamente ao número de contratos de viaturas novas realizado pelo Banco em 2009 - 14.208 contratos -, quer quando comparado com o período anterior - 14.339 contratos em 2008 - quer com o comportamento do mercado de viaturas novas - contracção de cerca de 26% -, o desempenho comercial registado pelo Banco pode ser caracterizado como de excepção. A

confirmar este facto bastará observar a taxa de penetração obtida em 2009 – nº de contratos de viaturas / Vendas – que passa de 5,3% em 2008 para 7,1% em 2009.

O resultado obtido, para o qual não contribuiu ainda o acordo concretizado com a GM Portugal para a marca OPEL – uma vez que a sua implementação ocorreu no decurso do mês de Dezembro – é resultado, por um lado da assertividade do banco nas suas práticas e políticas que lhe permitiu reforçar as relações comerciais que existiam e, por outro, dar corpo a outras parcerias que, por uma razão ou por outra, ainda não se tinham conseguido concretizar no segmento dos franchisados não marca.

Saliente-se ainda que a alteração da composição do mercado com a quase extinção dos negócios de rent-a-car e fraco contributo das vendas destinadas a gestoras de frota, no âmbito das renovações de frotas, em paralelo com um forte incremento das vendas ao abrigo do programa de abates proporcionado pelo Estado, permitiu que o mercado elegível para financiamento a cliente final pelo Banco fosse proporcionalmente superior ao que é habitual.



No que se refere à actividade de financiamento de viaturas usadas e de acordo com a informação prestada pelos respectivos associados à ASFAC este mercado sofreu uma contracção de aproximadamente 17% a que não é alheio os factos já apontados relacionados com uma maior escassez de produto e, por outro lado, pela descontinuação de alguns comerciantes de usados que se mostraram impotentes para se adaptar à nova realidade de mercado.

Neste contexto, o Banco não abdicando das suas políticas e práticas de rigor neste importante segmento soube explorar esta nova realidade beneficiando da descontinuação ou arrefecimento da actividade por parte de alguns dos seus concorrentes directos.

Nestas circunstâncias o Banco viu o seu market share evoluir positivamente no decurso do ano de 2009 atingindo uma quota de 11,6% que compara com cerca de 11% em 2008, tendo obtido no consolidado no último mês do ano a sua quota em 12,4% e com a conquista da vice-Liderança do mercado.

EVOLUÇÃO GLOBAL DO NEGÓCIO

Gestão de Cobranças e Financiamento de *Stocks* (*Factoring*)

Da matriz de produtos completa e abrangente que o Banco dispõe, salienta-se em particular o serviço de gestão de facturação (*factoring*) e consequente apoio ao *stock* que é disponibilizado aos concessionários das Marcas.

O Banco Santander Consumer Portugal continuou a dinamizar esta plataforma e expandiu mais uma vez a sua actividade de financiamento de marca para além das que vinha a gerir. Assim, além dos anteriores acordos, nomeadamente as marcas VW, Audi, Skoda, Mitsubishi, SEAT, KIA, Isuzu e Mazda juntou-se ao portfolio a parceria com a GM Portugal através da disponibilização do programa de stock de marca para a OPEL em Portugal.

Neste âmbito, o ano de 2009 – que ainda não reflecte o potencial decorrente da incorporação do negócio OPEL - terminou com um activo de 165 milhões de euros (contra os 156 milhões de euros de 2008) e no que respeita ao valor dos créditos tomados, que na maioria das marcas apresentou uma expansão por via da estagnação das vendas de veículos ligeiros, vindo a atingir um total de 1.112 milhões de euros.

Evolução do Crédito Tomado Factoring
(milhões de euros)



Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

O volume de capital financiado total regista uma estabilização em torno do volume alcançado em 2008 com uma pequena variação de cerca de -3% a que corresponde uma produção de 356 milhões de euros em comparação com 368 milhões de Euros em 2008.

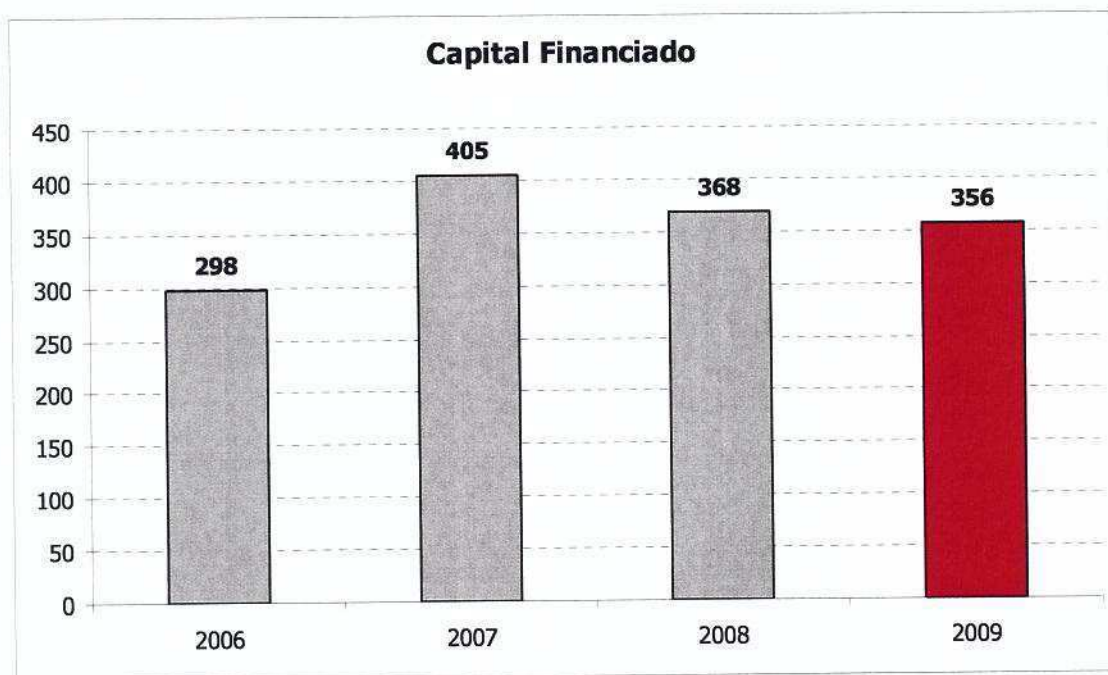
A evolução do volume de capital financiado é claramente distinto se atendermos aos segmentos de estado das viaturas financiadas: novas ou usadas.

Se é verdade que em ambos os mercados se registaram comportamentos regressivos não é menos verdade que a performance do Banco foi substancialmente distinta em cada um dos segmentos.

Assim, o volume de capital financiado associado a viaturas novas decresceu menos de 1% enquanto no segmento dos usados a quebra foi de 7,2%.

Se no caso dos novos a variação é praticamente inexistente, nos usados a quebra nos usados é 60% inferior à quebra do mercado.

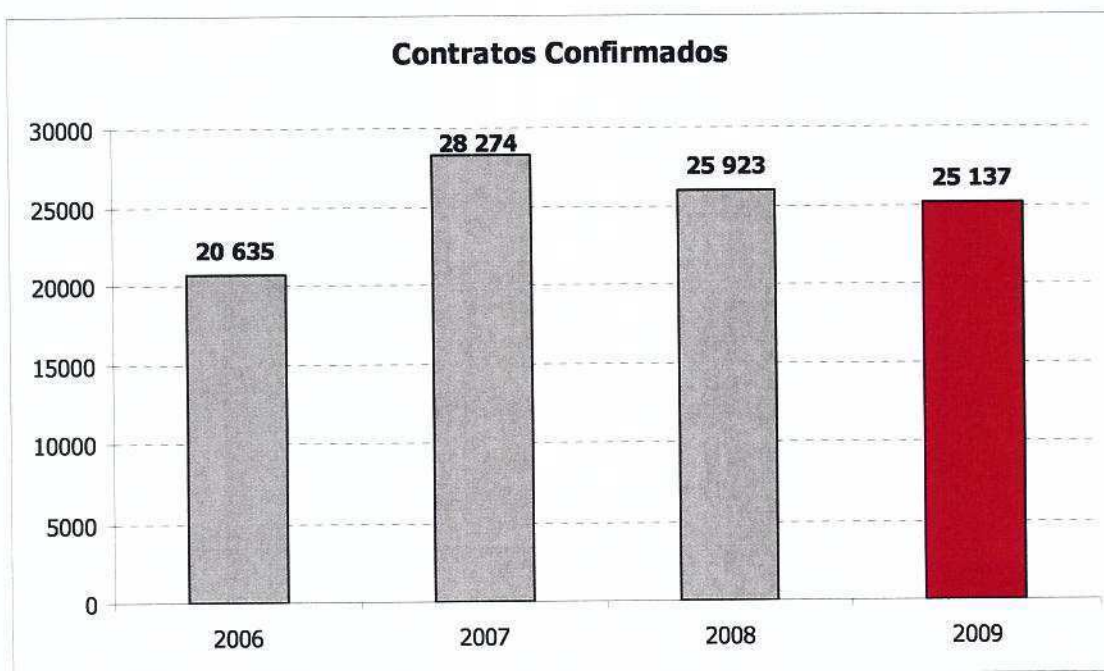
Valores em milhões de euros



Relativamente ao número de contratos realizados assistiu-se, globalmente, a uma diminuição de 3,0% face a 2008.

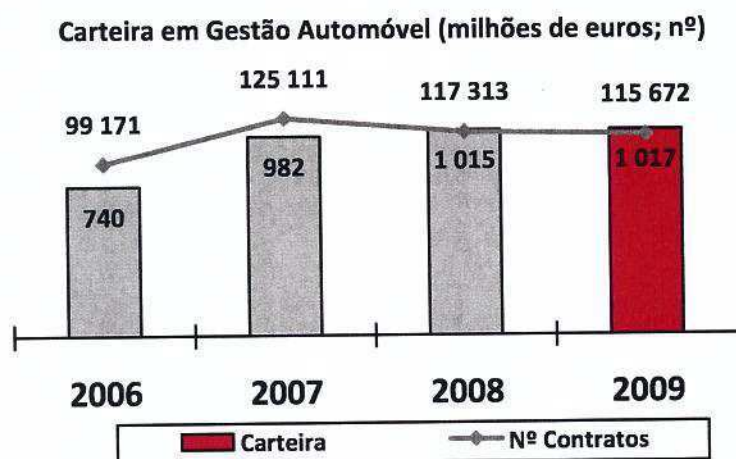
No segmento de viaturas novas fruto dos aspectos já evidenciados e para um mercado que contraiu 26% o decréscimo do número de contratos é praticamente nulo: - 1,6%.

No que se refere ao segmento de viaturas usadas o decréscimo de número de contratos situou-se em -4,8%, o que compara com uma quebra de mercado em volume de financiamento de cerca de 17,4%.



Carteira sob Gestão

A carteira sob gestão de contratos de financiamento desde 2004 vinha a apresentando um comportamento negativo tendo atingido em 2006 o valor de 739,8 milhões de euros. O Banco conseguiu, em 2007 inverter essa tendência, registando um aumento de 3,21% para 982 milhões de euros de carteira automóvel sob gestão. Já em 2008 esta carteira continuou a crescer, desta feita 3,35% face a 2007, cifrando-se em 1.015 milhões de euros, e em 2009 não obstante ter-se assistido a uma redução de 1.641 contratos em gestão, a carteira voltou a crescer, desta feita 2,1%, cifrando-se agora em 1.017 milhões de euros.



Valores em milhões de euros

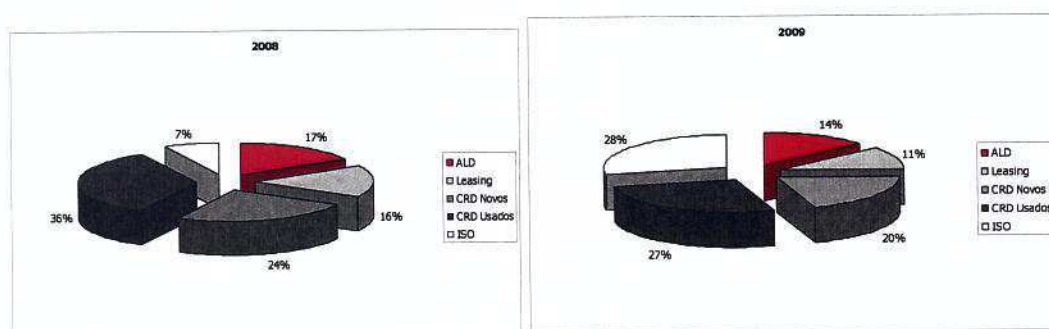
O projecto de expansão no segmento de financiamento no negócio Não Franchisado que tinha como objectivo inverter uma redução da carteira, por expansão no volume de capital financiado a margens líquidas de risco mais favoráveis do que no negócio de financiamento no segmento de distribuição automóvel Franchisado (concessionários de marca), teve resultados positivos e favoráveis mas que não foi suficiente para compensar uma redução da carteira de crédito ao consumo (não automóvel).

Mix de Produtos

Em termos de capital financiado em 2009, a evolução do *mix* de produtos revela uma alteração comportamental. A principal alteração prende-se com o maior peso dos produtos derivados do Crédito que ganha quota na produção global do Banco.

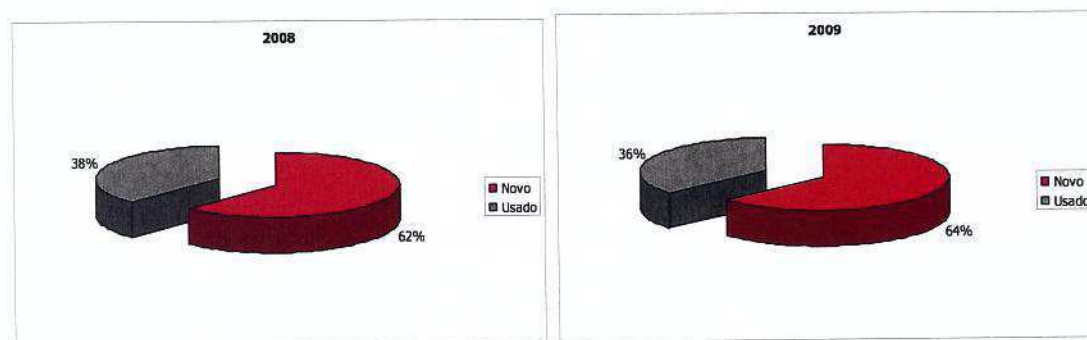
Basicamente este facto decorre de uma forte pressão comercial colocada sobre o Produto de Crédito Intersolução (ISO) – através de campanhas dirigidas às equipas de vendas dos prescritores e às equipas comerciais internas – que conduziram a um redireccionamento da tipologia de produto anteriormente concretizado noutras modalidades de financiamento.

Recorde-se que esta estratégia deu sequência às acções desenvolvidas no 2º semestre de 2008, que passaram pelo reposicionamento da oferta deste produto, dando corpo às suas características diferenciadoras e singulares no mercado em que o Banco opera.



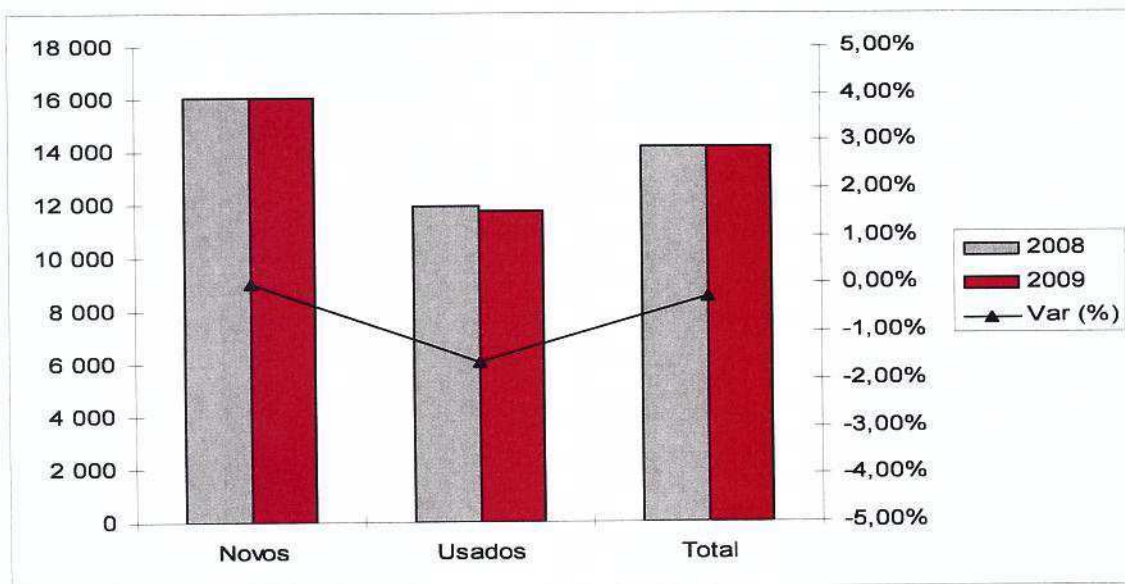
Estado do Bem

Fruto do desempenho comercial já analisado em pontos anteriores o peso relativo do financiamento a automóveis novos em 2009 voltou a aumentar a sua preponderância, fruto da redução assistida na venda de viaturas usadas.



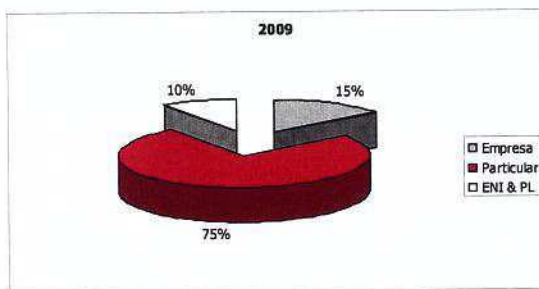
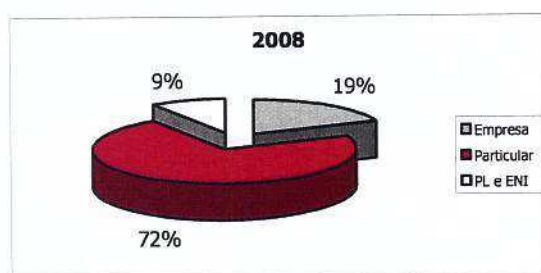
Capital Financiado Médio

Relativamente ao capital financiado médio por contrato, foi registado uma manutenção dos valores alcançados em 2008 mantendo o banco as suas políticas de risco no nível de prudência adequado face ao mercado e à situação económica actual.



Tipo de Cliente

Analisando a distribuição do capital financiado por tipologia de cliente, após se ter constatado em 2008 uma consolidação do aumento do peso dos particulares que ascendeu a 72%, os dados de 2009 reflectem um novo reforço deste importante segmento de clientes que atingem um peso superior a 75%. Este movimento teve por contrapartida o decréscimo registado na categoria das Empresas que reduziu 410pb fruto da conjuntura económica e da já comentada retracção na renovação das frotas adquiridas em regime de financiamento.



22

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.

NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO E CARTÕES DE CRÉDITO

Durante 2009 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - Crédito Tradicional sem Juros;
 - Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de protecção ao crédito;

A actividade comercial é o reflexo directo da queda do consumo privado e de alterações à política de admissão de crédito. Totalizou 48.237 milhares de euros de capital financiado, representando uma variação negativa de 5,9%.

Este segmento de negócio é directamente afectado pela evolução do consumo privado que, durante 2009, apresentou uma desaceleração considerável. O estabelecimento de parcerias fortes através de mecanismos de fidelização dos principais parceiros por um lado e, por outro, com actividade comercial de angariação, faz com que o Banco Santander Consumer se mantenha, actualmente, como a entidade com maiores parcerias ao nível da grande distribuição.

O mercado de crédito ao consumo, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC (financiamento de bens e serviços a cliente final no ponto de venda, não automóvel) apresentou um decréscimo, em valor, de 1,6% face a 2008. Em número de contratos o decréscimo foi cerca de 11,5% indiciando um incremento do valor médio por contrato de 11,2%.

Já na vertente dos Cartões de Crédito o posicionamento do Banco Santander Consumer Portugal sofreu alterações profundas. O Banco optou, a partir do quarto trimestre, por centrar-se num conjunto de produtos direccionados para o cliente final através da oferta directa a clientes cujo perfil de risco de crédito é seu conhecido. O volume de transacções atingido foi de 21.228 milhares de euros.

NEGÓCIO CRÉDITO DIRECTO

A comercialização de empréstimos pessoais durante o ano de 2009 foi praticamente residual. No total de 2009 o volume de empréstimos concedidos ascendeu a 3,250 milhares de euros representando um decréscimo de 79,6%.

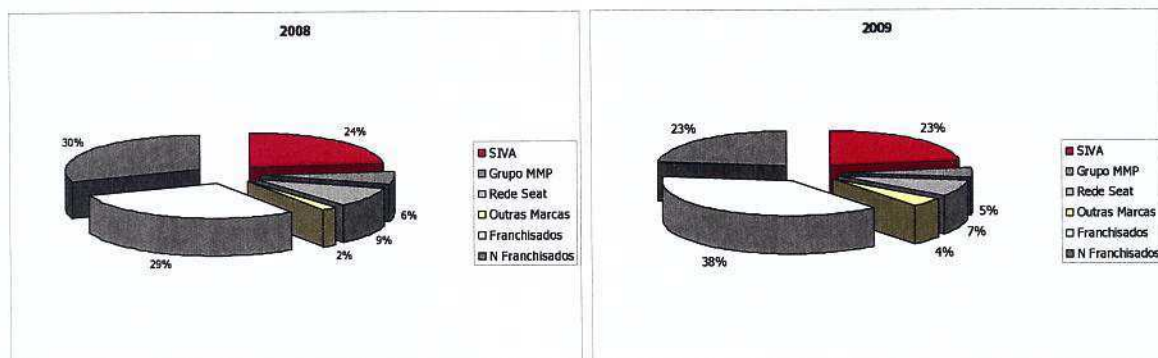
Verificámos logo após o primeiro trimestre do ano que o resultado da nossa estratégia de venda cruzada em massa estava em declínio. Convictos que o facto de os clientes não responderem à nossa oferta se devia à oferta não diferenciada e à situação macroeconómica adversa que estamos a viver, o Banco decidiu repensar o modelo de negócio.

Inspirámo-nos nas boas práticas do Grupo, trabalhámos em ofertas personalizadas com base numa variável que construímos: o 'valor de cliente'. Esta nova metodologia pressupõe a identificação clara do cliente, segmentação da base de dados por target groups e a interacção com o cliente com oferta específica. Esta estratégia terá que ser alimentada e ajustada com o feedback do cliente. Optámos por alterar a nosso posicionamento e vamos começar por acções piloto para podermos validar o modelo no ano de 2010.

ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

Redes de Distribuição Automóvel

A análise de captação de novos negócios, em termos de volume de capital financiado, por parte das diferentes redes comerciais constituídas no seguimento da reestruturação das áreas comerciais (mantendo na base os critérios adoptados em anos anteriores quanto aos agrupamentos entre acordos existentes e segmento multimarca) apresenta-se da seguinte forma:



Através de uma análise cuidada ressalta que todos os segmentos de negócio reduzem o seu peso relativo no total do capital financiado por contrapartida do segmento de negócio suportado rede de Franchisados não marca e/ou independentes.

Este facto reflecte o significativo crescimento do negócio do Banco através do seu posicionamento quanto à dinamização das relações de parceria decorrentes de redes de distribuição assentes em modelos de gestão mais profissionalizados o que permite premiar, simultaneamente, a manutenção de uma gestão prudente das margens de negócio.

■ Marcas e Rede Franchisada

As redes de Marcas, registaram alteração do seu peso na sua contribuição para o volume total de produção do Banco para cerca de 39% (-200 pp face a 2008), e agregam os negócios com origem nas seguintes redes de concessionários:

- Volkswagen, Audi e Skoda representadas pela SIVA em Portugal
- Mitsubishi – acordo de parceria com o distribuidor MMP para Portugal
- SEAT – acordo de parceria com o fabricante e distribuidor para Portugal
- Kia e Izu – acordo de parceria com o distribuidor para Portugal
- Mazda – acordo Pan Europeu com a Mazda Motor Europe (implementado em Fevereiro de 2009)

O crescimento do peso do segmento dos Franchisados não marca – que, recorde-se, agrega as relações com Grupos de Retalho em outras marcas que não são objecto de gestão de programas de stock pelo Banco e, ainda, as relações comerciais com Concessionários independentes – revela, no 1º caso, o sucesso da nossa política de conjugação da sua relação de prestação de serviços de financiamento de marca com a concentração com os Grupos de Retalho da globalidade do negócio e, no 2º caso, pela dinamização das relações comerciais pré-existent e, ainda, pela concretização de novas parcerias nesta área de negócio.

As marcas com quem o Banco mantém protocolos específicos de gestão integrada do financiamento à actividade dos seus concessionários e o financiamento ao retalho foram responsáveis por um volume de capital financiado de 138 milhões de euros angariados em 2009.

Estas parcerias assumem grande relevância num quadro de crescimento de vendas a retalho moderado que, conjugado com escassez de liquidez, primam por combinar favoravelmente o capital financiado em relação ao capital empregue que suporta a actividade dos próprios concessionários.

De facto, algumas destas marcas registaram um aumento nos níveis de aderência nas vendas de viaturas novas bastante expressivo também por via da consolidação do posicionamento de benefícios proporcionados às várias redes de concessionários, ao abrigo dos Protocolos Financeiros, com vista à sua adequação ao mercado de financiamento e à realidade das vendas de cada marca *de per si*.

A permanente adequação do pricing em vigor ao contexto de taxas do mercado, foi uma preocupação constante, com uma grande preocupação ao nível da rentabilidade do novo negócio.

▪ Rede Não Franchisada

O volume de financiamento angariado pela rede de Não Franchisados situou-se nos 81 milhões de euros que compara com 109 milhões de euros em 2008.

Nesta esta área de negócio – maioritariamente composta por negócio de financiamento de viaturas usadas canalizada por operadores independentes, vulgarmente designados por stands –, a actividade comercial continuou a centrar-se na manutenção das parcerias cuja rentabilidade gerada, por via do financiamento ao cliente final, estivesse em linha com os requisitos accionistas.

Não obstante o referido, assume especial relevância o facto de, no actual contexto económico e de mercado, se ter assistido a uma deslocação do negócio dos “players” que habitualmente se dedicavam a este tipo de negócio – stands independentes – para unidades integradas em Concessões que representam marcas ou, ainda, Grupos de Retalho que assumiram uma maior predominância nesta área de negócio.

Este facto justifica que, apesar da performance registada pelo Banco em 2009 neste segmento de negócio, os resultados comerciais obtidos junto desses operadores – Marcas e Franchisados não Marca – no âmbito das viaturas usadas tenha permitido um crescimento significativo, reforçado e/ou comprovado pelo incremento do “market share” do Banco nesse segmento de mercado.

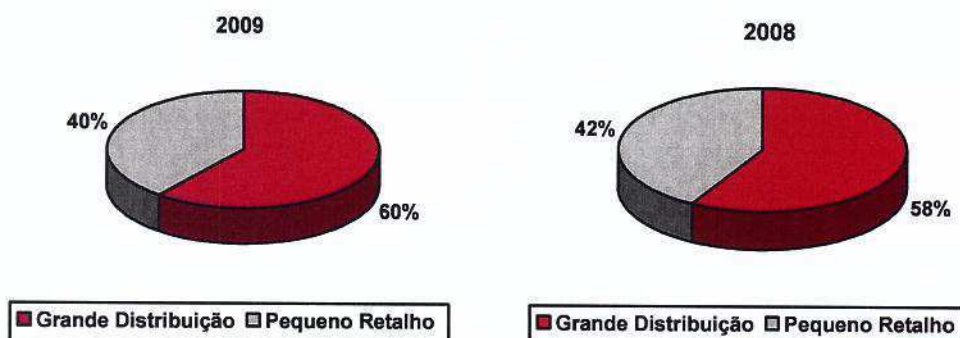
Redes de Distribuição Crédito ao Consumo / Cartões de Crédito

O modelo de distribuição de crédito ao consumo passa por estabelecer parcerias com pontos de venda com o objectivo de financiar bens e serviços vendidos a cliente final. O Banco tem uma plataforma muito versátil que permite não só actuar em diversos sectores (electrodomésticos, mobiliário, viagens, saúde, entre outros) com combinações de produto adequadas a cada segmento de negócio.

A actividade conseguida durante 2009, tal e qual como aconteceu com as demais linhas de negócios foi severamente influenciada pela evolução dos custos e proveitos equiparados e da redução das vendas a retalho. As parcerias suportadas nas relações comerciais com grandes retalhistas que actuam na Grande Distribuição como sejam Stapples, Media Markt, Vitaldent e cerca de 2000 estabelecimentos activos foram essenciais para a continuidade da distribuição dos produtos financeiros, sendo que houve um conjunto de cadeias de distribuição que se viram

severamente reduzidas, muitas vezes pela impossibilidade de manutenção da actividade do próprio retalhista, como aconteceu, por exemplo, com a Singer e também no pequeno retalho independente.

O plano operacional do Banco, em 2009, para esta actividade seguiu as linhas de orientação apresentadas em 2008, isto é, manter uma distribuição equilibrada entre as distintas redes, associada a uma gestão bastante prudente quanto ao risco de crédito, tendo voluntariamente sido selectivo na escolha das parcerias. Durante 2009 o volume de capital financiado total atingiu 48.237 milhares de euros contra 51.269 milhares de euros no ano anterior:



Já quanto aos cartões de crédito, essencialmente comercializados por via do x-sell à base de clientes (a angariação no ponto de venda, neste caso sob a modalidade de co-branding foi reduzida a um conjunto muito limitado de parcerias) teve uma facturação total de cerca de 14.976 milhares de euros, representando um decréscimo de 36,8% face a 2008, e nos cartões privativos o total de transacções captadas ascendeu a 6.312 milhares de euros.

EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

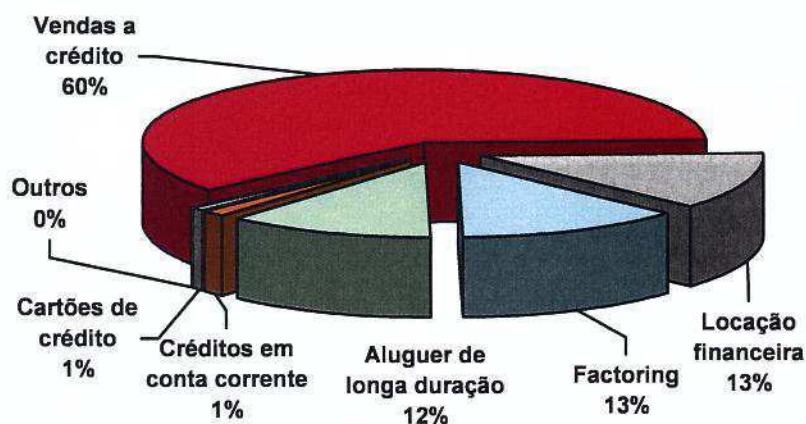
O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2009 com um resultado líquido consolidado de 10,41 milhões de euros, representando um crescimento de 29,7% em relação aos 8,03 milhões de euros registados no ano anterior.

Operando numa conjuntura económica e financeira desfavorável, o incremento do resultado líquido resultou do modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na captação de novos acordos de financiamento de marcas automóvel e na vinculação dos existentes, bem como na gestão eficiente de custos e riscos, permitindo um crescimento sustentado das receitas e o controlo de custos, acompanhados igualmente por um forte abrandamento das necessidades de provisionamento.

Balanço Consolidado (IAS)

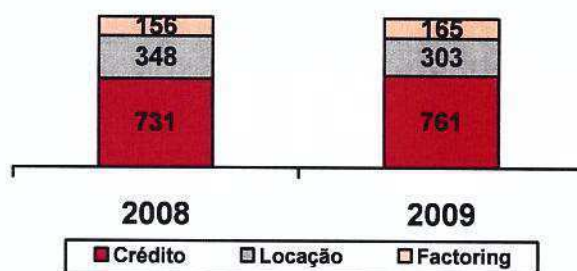
No final de 2009 o valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, ascendia a 1.250 milhões de euros, apenas 0,2% abaixo do valor final do ano transacto, facto assinalável se considerado o enquadramento adverso registado ao longo do ano em termos dos novos volumes de financiamento. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2009 era a seguinte:

Repartição do Crédito Concedido a Clientes (%)



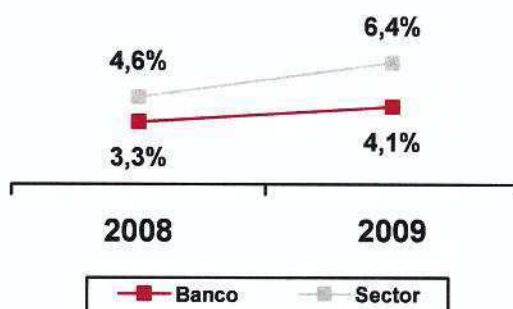
A componente de financiamento a cliente final, que representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal, era responsável por 87% desta carteira, sendo os 13% remanescentes financiamento à rede de prescritores e importadores automóveis com quem o Banco trabalha. Já no que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, nomeadamente no que se refere ao crescimento de 6% registado na componente de Factoring de 156 milhões de euros em 2008, para 165 milhões de euros, em final de ano de 2009, atesta o crescimento da actividade registado, pela incorporação de novos acordos, mas também reflecte as condições adversas no escoamento de veículos, experimentadas em particular por concessionários de algumas das marcas dos principais parceiros de negócio do Banco.

Evolução do Crédito vencendo (milhões de euros)



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 4,1% do crédito total concedido, agravando o rácio de 3,3% registado em 2008, seguindo a tendência (ainda que de forma bastante mais moderada) observada no sector, onde se assistiu a uma deterioração da qualidade de crédito no sistema com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afectando o segmento de particulares. Na segunda metade do ano, fruto da descida das taxas de juros e consequente aumento do rendimento disponível das famílias, e sobretudo da abordagem táctica do Banco nos processos de admissão e formalização por forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, assistiu-se a uma estabilização das entradas de novo crédito vencido.

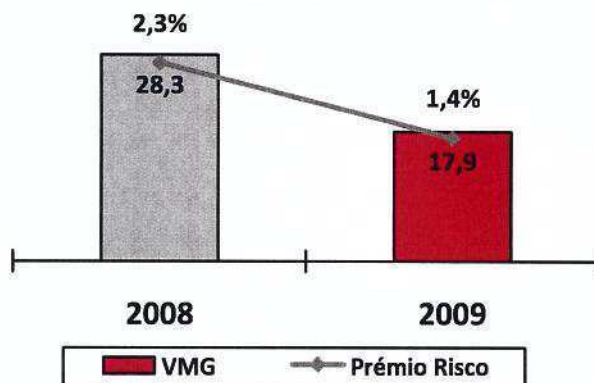
Crédito com Incumprimento 3/95 (%)



O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 3,6% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 110% do valor dos créditos mora, valor idêntico ao registado no ano transacto, apesar do registo de algum acréscimo do valor da sinistralidade, atesta a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa somava 59,64 milhões de euros no final do ano.

Não obstante o aumento em termos absolutos do crédito vencido em balanço, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, reflectindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

KPI's Risco Crédito (milhões de euros; %)

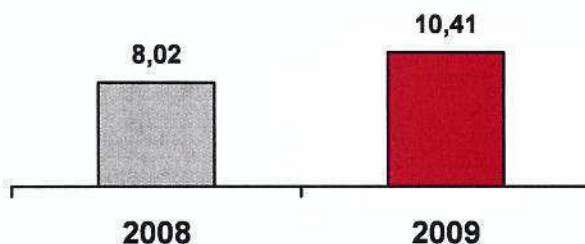


A Variação da Mora de gestão (VMG) em 2009 ascendeu a 17,9 milhões de euros, traduzindo uma redução de 36,8%, em relação a 2008, quando se tinha cifrado em 28,3 milhões de euros, enquanto que o prémio de risco reduziu praticamente 90bp, de 2,3% em 2008 para 1,4% em 2009, comprovando-se assim que o Banco está de facto bem preparado para 2010, e em situação mais vantajosa do que a sua concorrência, conforme ficou patente pela análise sectorial anterior e pelos indicadores qualitativos de acompanhamento da sinistralidade no crédito.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

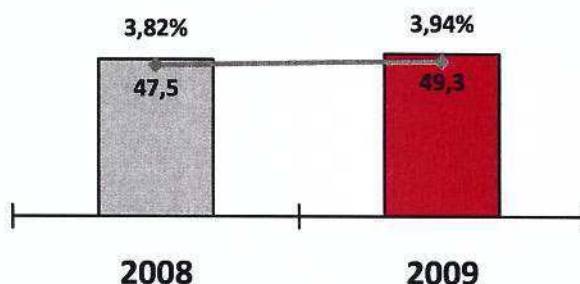
O resultado líquido IAS consolidado atingiu os 10,41 milhões de euros no final de 2009, resultando numa variação de 29,7% face ao indicador homólogo de 2008. Este desempenho está assente na conjugação de diversos factores, com destaque especial para a evolução positiva da margem financeira, das comissões líquidas, gestão eficiente dos custos de transformação e pelo abrandamento das necessidades de provisionamento.

Resultado Líquido (milhões de euros)



Num cenário de ligeira liquidação de activo (0,2%) e de taxas de juro historicamente baixas, observou-se um crescimento da margem financeira face ao ano transacto em 3,7%, reflectindo assim uma estratégia concertada, em todas as linhas de negócio, de adequação dos níveis de pricing aos respectivos perfis de risco e às condições de financiamento da actividade.

Margem Financeira (milhões de euros; %)



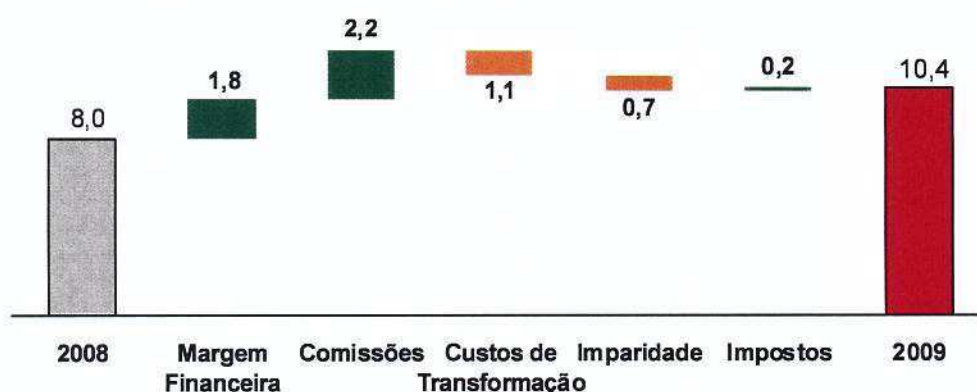
Na sequência da revisão profunda da política do Banco em matéria de rendimentos oriundos de serviços e comissões, e da continuada dinamização da actividade de intermediação de seguros, as comissões líquidas avançaram 30,5% face a 2008, espelhando de forma inequívoca a alteração de posicionamento do Banco e o alargamento do leque de oferta de produtos aos seus clientes. A conjugação deste efeito com o da evolução favorável da margem financeira, permitiu que o produto bancário crescesse 7,3% face ao período homólogo.

Os custos de transformação ascenderam a 25,07 milhões de euros, traduzindo um aumento de 4,5%, em relação a 2008, sobretudo por via do incremento de 51,6% da componente de amortizações, em razão dos investimentos efectuados na plataforma informática do Banco em exercícios anteriores. Não obstante, o crescimento do produto bancário de 7,3% superior ao dos custos de transformação de 4,5% traduziu-se numa melhoria de 1,1 pontos percentuais do rácio de eficiência, o qual passou de 43,7% em 2008 para 42,6% em 2009.

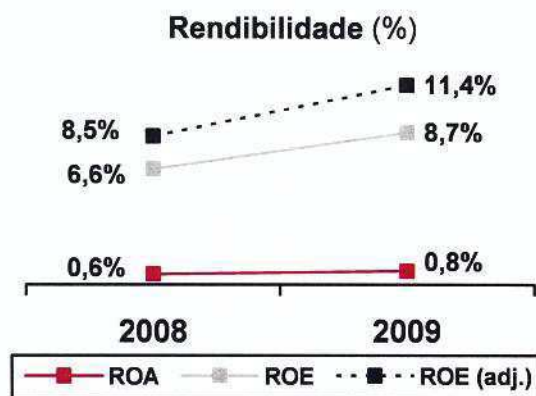
Caso se expurgue as amortizações deste efeito, as iniciativas de racionalização de processos e de melhoria operativa ficam bem patentes, evidenciando pela primeira vez um rácio de eficiência abaixo dos 40%, em concreto nos 39,6%, baixando dois pontos percentuais face aos 41,6% do ano passado. O número de colaboradores reduziu de 224 em 2008 para 211 no final de 2009.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 18,55 milhões de euros, o que representa um aumento de apenas 4,0%, relativamente a 2008, reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

Evolução do Resultado Líquido (milhões de euros)



Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2009 foram positivamente afectados pela evolução registada no resultado líquido do exercício, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2008.



Com um resultado líquido de 10,41 milhões de euros no final de 2009, equivalente a 0,16 euros por acção (0,12 euros em 2008), a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 8,7%, quando este valor em 2008 ascendeu a 6,6%. No que se refere à rentabilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 0,8% em 2009, o que compara com o valor de 0,6% do ano de 2008.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios está naturalmente afectado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, que detém um excesso de fundos próprios a rondar os 29 milhões de euros, pelo que se aquele indicador fosse considerado em linha com níveis de solvabilidade ajustados aos mínimos regulamentares, evoluiria 295bp, dos 8,5% em 2008 para 11,4% em 2009.

GESTÃO FINANCEIRA

O exercício de 2009 ficou essencialmente marcado pelo agravamento dos principais indicadores económicos, com repercussões bastante negativas ao nível do emprego e do rendimento disponível das famílias e pelo encerramento dos mercados financeiros globais, tendo-se assistido a dificuldades crescentes de obtenção de liquidez para muitas instituições financeiras, que foram no entanto mitigadas após a adopção de um conjunto de medidas de política monetária, orçamental, e de apoio ao sistema financeiro.

Em circunstâncias complexas como aquela que foi vivida em 2009, o facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios, tendo sido precisamente essa a situação vivida pelo Banco Santander Consumer Portugal ao ser parte integrante do Grupo Santander com reflexos bastante positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, e tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença ao Grupo Banco Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;
- Diversificar as fontes de financiamento do Banco, através da detenção de activos considerados elegíveis pelo Banco Central Europeu (que ao longo de 2009 se assumiu como contraparte do sistema), para participar via Mercado de Operações de Intervenção nas operações de cedência e absorção de liquidez;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 5 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um mix equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e pelos accionistas.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário, com uma duração média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à correspondente do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu core business, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez e à volatilidade por estes induzida na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

A partir de meados de 2009, e devidamente enquadrada na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, de baixo risco de liquidez e de diversificação contínua das fontes de financiamento, o Banco diversificou as suas fontes de financiamento, deixando de actuar apenas ao nível do mercado monetário, passando a actuar também nas operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de activos titularizados e considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2009 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementadas, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal recorre a operações de mercado monetário, contraindo empréstimos junto do Banco Santander Consumer Finance S.A., em Espanha, por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash flows da carteira (Activo) e do passivo a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário.

No decorrer do exercício de 2009, com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez, financiamento da actividade corrente e redução do seu custo implícito, o Banco Santander Consumer Portugal concretizou uma operação de titularização de créditos, Silk Finance N°3, por forma a deter activos elegíveis pelo Banco Central Europeu (que ao longo de 2009 se assumiu como contraparte do sistema), e assim poder participar, via Mercado de Operações de Intervenção, nas operações de cedência e absorção de liquidez.

Nesta conformidade, em 31 de Dezembro de 2009, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 1.415 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, montante substancialmente inferior ao verificado no período homólogo (6.027 milhares de euros), reflectindo a postura conservadora que o Banco adoptou nesta matéria num ano em que os mercados estiveram bastante instáveis, representando apenas cerca de 1% dos seus fundos próprios elegíveis.

Instrução n° 19/2005
Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária
Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa

Divisa: Milhares de Euros

Banda temporal	Activos (+)	Passivos (-)	Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Situação Líquida	
			(+)	(-)		Factor de ponderação (1)	Posição ponderada (2)
à vista - 1 mês	995 518	952 927	0	0	42 590	0,08%	-34
1 - 3 meses	321 583	75 368	0	0	246 215	0,32%	-788
3 - 6 meses	80 562	678	0	0	79 885	0,72%	-575
6 - 12 meses	147 889	386 588	0	0	-238 700	1,43%	3 413
1 - 2 anos	144 978	235 915	0	0	-90 937	2,77%	2 519
2 - 3 anos	115 517	145 164	0	0	-29 646	4,49%	1 331
3 - 4 anos	86 318	89 446	0	0	-3 129	6,14%	192
4 - 5 anos	53 655	2 868	0	0	50 787	7,71%	-3 916
5 - 7 anos	38 176	3 122	0	0	35 054	10,15%	-3 558
7 - 10 anos	0	0	0	0	0	13,26%	0
10 - 15 anos	0	0	0	0	0	17,84%	0
15 - 20 anos	0	0	0	0	0	22,43%	0
> 20 anos	0	0	0	0	0	26,03%	0
Total							-1 415

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro a nível Europeu, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez do Banco encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 2.190 milhões de euros, limites que se situavam cerca de 100% acima das suas reais e efectivas necessidades.

No decorrer do exercício de 2009, e com independência de estar numa situação privilegiada em termos de liquidez, o Banco diversificou adicionalmente as suas fontes de financiamento, concretizando uma operação de titularização de créditos, onde actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do 'back-to-back swap' de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance n°3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Com a concretização desta titularização de créditos o Banco passou a deter activos elegíveis pelo Banco Central Europeu, passando a poder participar via Mercado de Operações de Intervenção nas operações de cedência e absorção de liquidez. No final de 2009, o Banco detinha 500 milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez confortável, diminuindo assim e ainda mais o risco de liquidez.

No ano de 2009, a titularização de Créditos Silk Finance Nº3, no montante de 688 milhões de euros, foi a transacção de maior dimensão no segmento de Auto & Consumer ABS em Portugal, tendo obtido também o melhor Credit Enhancement, com cerca de 27%. Conforme segue:

AAA Notes: Euro 500,000,000

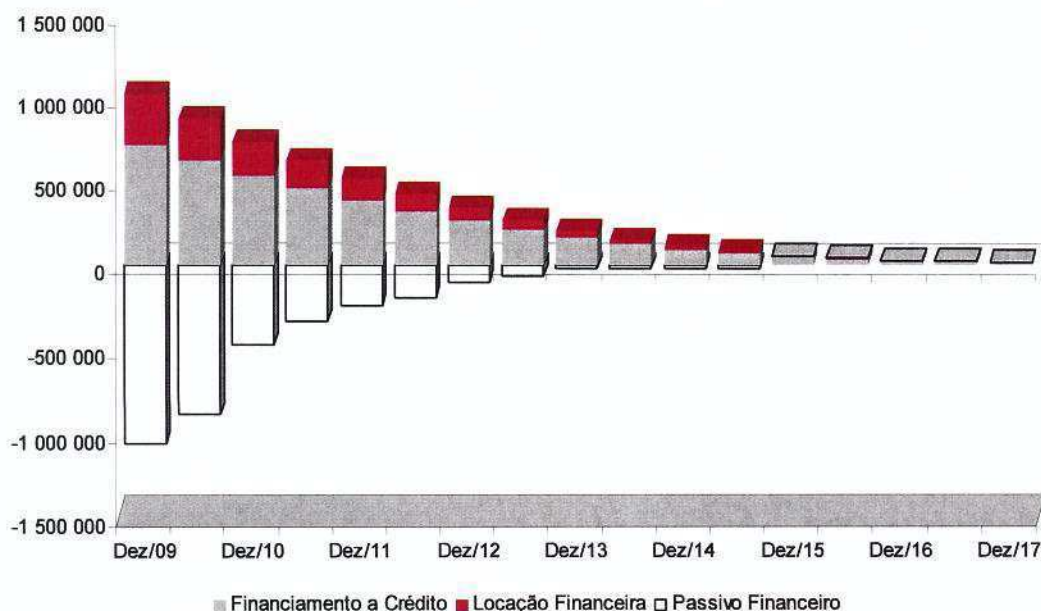
Class B Notes: Euro 184,000,000

Class C Notes: Euro 3,900,000

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objecto da operação de titularização registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, e os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

Não obstante o Banco Santander Consumer Portugal prosseguir com a política de continuada adequação de activos e passivos em termos de perfis de maturidades, em 31 de Dezembro de 2009 observava-se um ligeiro mismatch entre activos e empréstimos obtidos, nomeadamente em prazos residuais de vencimento iguais ou superiores a 5 anos, que sendo materialmente irrelevante no seu contexto, o Banco equaciona mitigar no decorrer do exercício de 2010 recorrendo a instrumentos derivados de cobertura.

Perfil de Maturidades a 31 de Dezembro de 2009
(valores em milhares de Euros)



c) Gestão dos Recursos Próprios

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital de forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;
- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

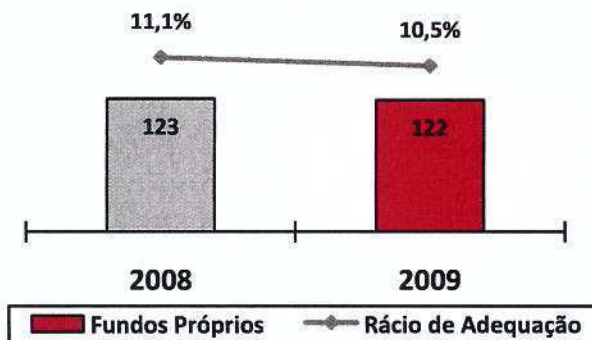
Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal. Pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2009, nomeadamente pelos Avisos nº 12/92 e 1/93.

No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

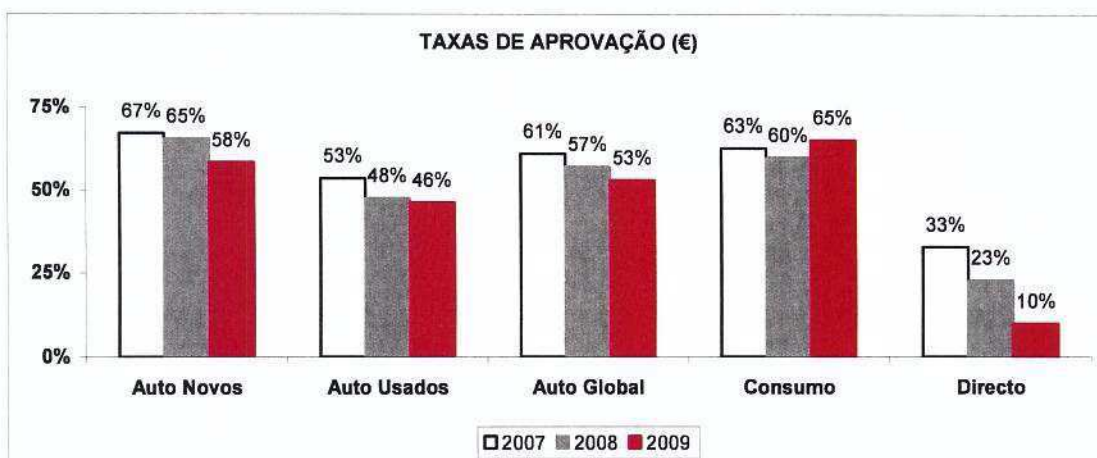
No âmbito portanto da regulamentação de Basileia II, no final de 2009, os requisitos de fundos próprios ascendiam a 92,7 milhões de euros, o que significava um crescimento de 4,0% sobre os requisitos com referência a 2008, de 89,1 milhões de euros. Os fundos próprios permaneceram estáveis, e ascendiam no final de 2009 a 121,7 milhões de euros, comparando com 123,2 milhões de euros no final de 2008.

Solvabilidade (milhões de euros; %)



Em matéria de solvabilidade, no final de 2009, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respectivamente em 10,5% e 9,2%, evoluindo de 11,1% e 9,7% em 2008, reflectindo uma postura conservadora e potenciadora do desenvolvimento da actividade do Banco, com margem para crescimento de activos ponderados acima de 360 milhões de euros.

GESTÃO DE RISCO



O acompanhamento da sinistralidade no crédito foi feito de forma regular, por recurso ao Sistema de Informação de Gestão, suportado na comparação entre carteiras com igual período de originação (vintages ou safras), monitorização dos níveis de delinquência simples (%NPL) e da Variação da Mora de Gestão (VMG = entradas dívida > 90d – recuperação dívida >90d + entradas em write-off – recuperação de write-off), permitindo aferir a adequação das políticas de crédito e de recuperação tomada ao longo dos últimos trimestres.

Durante 2009, tal como em anos anteriores, as políticas de admissão, dos produtos com tradição de maiores níveis de delinquência, foram sendo permanentemente revistas, no sentido de serem continuamente adaptadas à evolução da conjuntura. Por outro lado, especificamente para esses segmentos, foram continuando a ser reforçadas as medidas de prevenção à fraude.

As novas medidas de admissão, conjuntamente com as alterações ao nível da recuperação de crédito, resultaram na melhoria significativa das safras (vintages) com perfis de delinquência mais favoráveis do que as originadas em 2007 e 2008, contribuindo assim para melhores rácios de incumprimento em 2009.

No seguimento da orientação estratégica do Banco, foi dada continuidade às políticas de apoio à actividade dos intermediários, bem como potenciado o financiamento de automóveis novos, por via do estabelecimento de novos acordos com importadores de marcas automóveis com relevo no mercado nacional.

No seguimento do crescimento de negócio registado no decorrer de 2009, foram reforçadas as equipas de negócio de retalho e de negócio não retalho. Enquanto o negócio de retalho tem um modelo de decisão automática (scoring), o negócio de não retalho tem a sua decisão assente em um modelo de rating com 6 áreas de valoração ponderada, seguindo a metodologia do Grupo Santander. Este último tem ainda como base um processo de gestão de riscos encarteirados (atribuição de um analista de crédito a um cliente), modelo a ser desenvolvido no decorrer do próximo exercício de 2010.

Embora o rácio de crédito vencido do Banco tenha registado um aumento de 3,3% em Dezembro de 2008 para 4,1% a Dezembro de 2009, o Banco Santander Consumer Portugal continua a ser uma referência ao nível da sua solidez na gestão de risco de crédito, comparando-se com rácio de crédito vencido do sector de consumo de 4,6% e 6,4%, em Dezembro 2008 e 2009, respectivamente (fonte: Banco de Portugal).

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

À semelhança do ano anterior, a actividade da Recuperação de Crédito continuou em 2009 a ser bastante influenciada pela conjuntura económica adversa. O impacto da redução do rendimento disponível dos clientes particulares e o aumento da taxa de desemprego foram factores que condicionaram fortemente não só a acção de recuperação de dívida mas também a "recuperação do cliente".

O modelo de recuperação em vigor manteve-se genericamente idêntico, consistindo o mesmo em quatro fases - recuperação telefónica, recuperação externa, pré-contencioso e contencioso – a que correspondem estágios diferentes da dívida e de perfil de cliente, suportada por uma plataforma tecnológica que permite flexibilidade de processos.

Com efeito, durante 2009 houve lugar a importantes migrações de sistemas que tiveram como objectivo a utilização de uma única plataforma informática, processo que embora ainda não concluído, já permitiu ganhos significativos de sinergias, simplificação de processos e transversalidade, originado um aumento de produtividade e de performance.

Não obstante, e no sentido de aumentar a capacidade de recuperação, foi efectuado um reforço considerável na equipa de Recuperação Telefónica, adoptadas várias táticas diferenciadas e postas em prática um conjunto alargado de medidas que permitiram alcançar um rácio global de performance de 82,9%.

Em termos da Recuperação Externa os esforços centraram-se sobretudo numa forte e rigorosa gestão da VMG, tendo sido registadas melhorias significativas, sobretudo no 2º semestre, terminando o ano com um valor de 17,9 milhões de euros em termos cumulativos anuais, o que significa cerca de 37% abaixo do período homólogo.

Para as fases de Pré Contencioso e Contencioso houve lugar igualmente a reforço em termos de contratação de empresas de recuperação e escritórios de Advogados, o que em conjunto com a tomada de algumas medidas adicionais e diferenciadoras permitiu a libertação de valores significativos em termos de provisionamento e redução de NPL.

O processo da venda de viaturas recuperadas conduziu a celeridade no escoamento das mesmas, com impactos positivos nos rácios de crédito vencido, reduzindo significativamente o parque face a período homólogo.

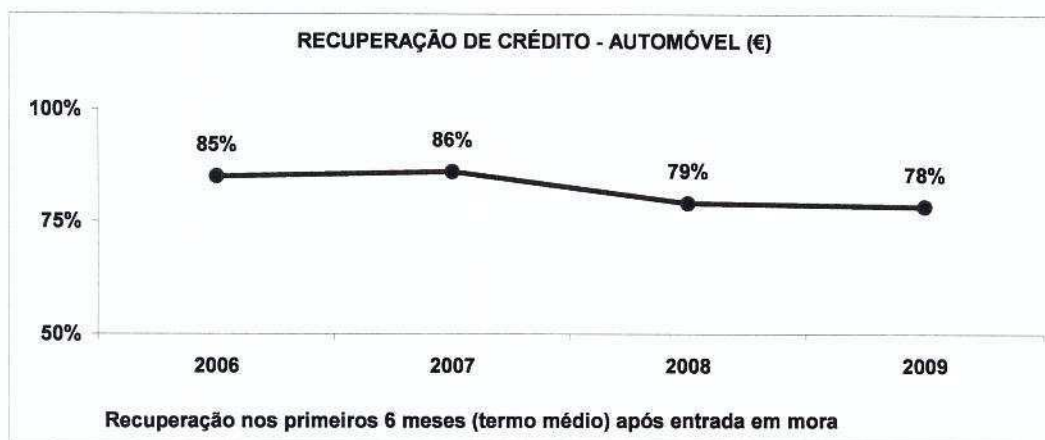
Durante o ano de 2009 a Banco manteve parcerias na área da Recuperação de Crédito com 9 entidades especializadas e de referência no sector, bem como parcerias com 9 escritórios de Advogados e 2 Leiloeiras.

Como corolário da forte actividade da Recuperação de Crédito, o saldo da carteira global de NPL não sofreu alteração significativa em 2009, registando uma subida de apenas 0,45% face a Dezembro de 2008.

No que diz respeito aos segmentos não automóvel, as acções centraram-se ao nível do reforço da recuperação telefónica, apresentando o crédito ao consumo as melhores safras – quando ao perfil de risco de crédito – para os anos de 2008 e 2009 – significativamente melhores do que os negócios gerados em 2006 e 2007 antevendo uma boa qualidade de crédito para os momentos de crise.

No seguimento da política adoptada em anos anteriores de reforço de provisões e de gestão prudencial, o Banco Santander Consumer Portugal optou por manter uma cobertura de provisões para risco de crédito que não reflecte a actividade de recuperações do ano, o que lhe permitirá

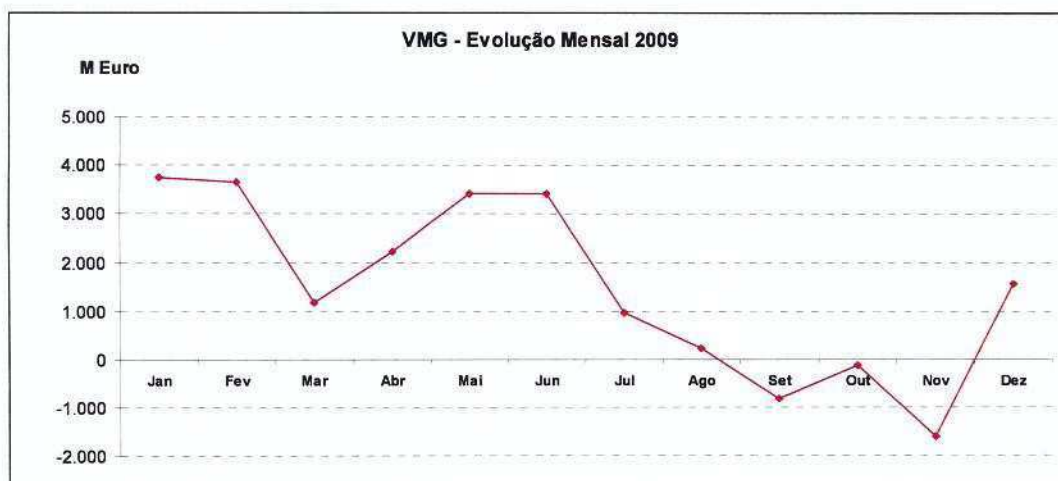
continuar a encarar o ciclo económico desfavorável em boas condições de provisionamento (superior a 110% do crédito vencido).



Recuperação nos primeiros seis meses (termo médio) após entrada em mora



Recuperação nos primeiros três meses (termo médio) após entrada em mora

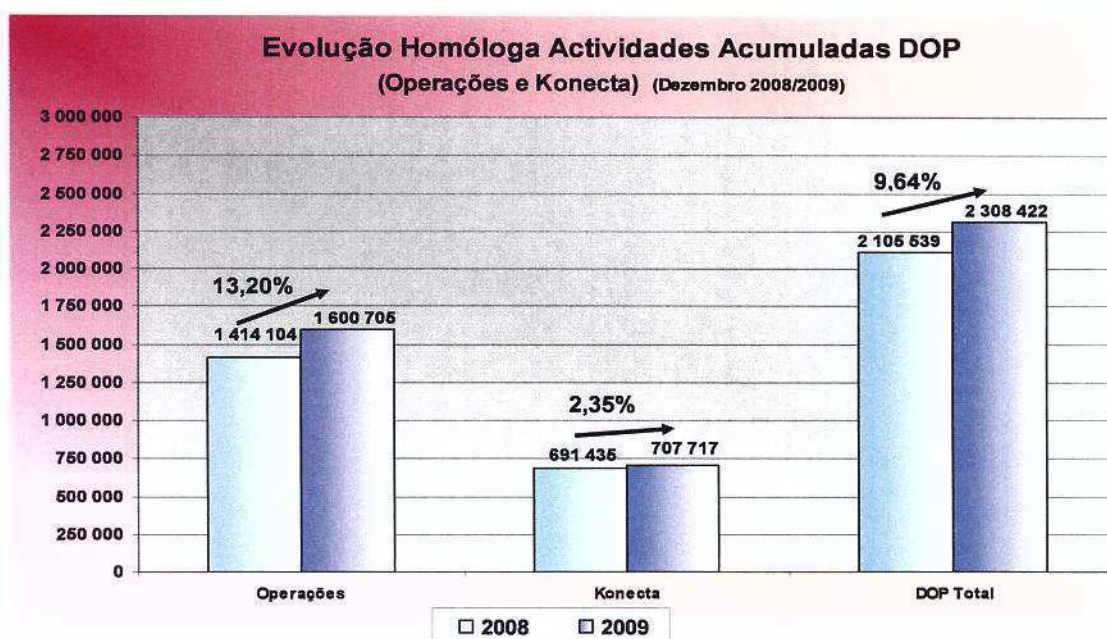


Evolução mensal do rácio da Variação de Mora sob Gestão durante o ano de 2009

OPERAÇÕES

Em 2009, mantivemos como elemento fulcral da nossa acção a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta, muito sustentados em princípios de melhoria contínua, através da observação sistemática a todos os processos de forma recorrente e por todos os colaboradores da direcção.

No que se refere à actividade em concreto pode verificar-se no mapa seguinte o crescimento de 9,64% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2008 e 2009 e na globalidade da Direcção de Operações, ou seja, considerando a estrutura interna (Operações) e a estrutura externa (konecta).



Com um aumento do número de actividades e ainda com processo de migração de sistemas a decorrer no primeiro semestre de 2009, a actuação da direcção revelou-se bastante positiva e com visibilidade em dois aspectos cruciais para o desempenho global do Banco.

• Optimização de Processos e de Estruturas

Em 2009 finalizamos a implementação do modelo de gestão das operações, com a segregação da estrutura e das funções, de acordo com um conceito de áreas funcionais críticas, passando definitivamente todas as funções de ciclo funcional curto e facilmente mensuráveis, para um regime de outsourcing através do nosso parceiro Konecta.

A reorganização concluída, permite-nos a obtenção de sinergias pela concentração de funções similares num mesmo local, com melhoria dos custos por actividade, assim como uma melhor resposta aos níveis de serviço contratados.

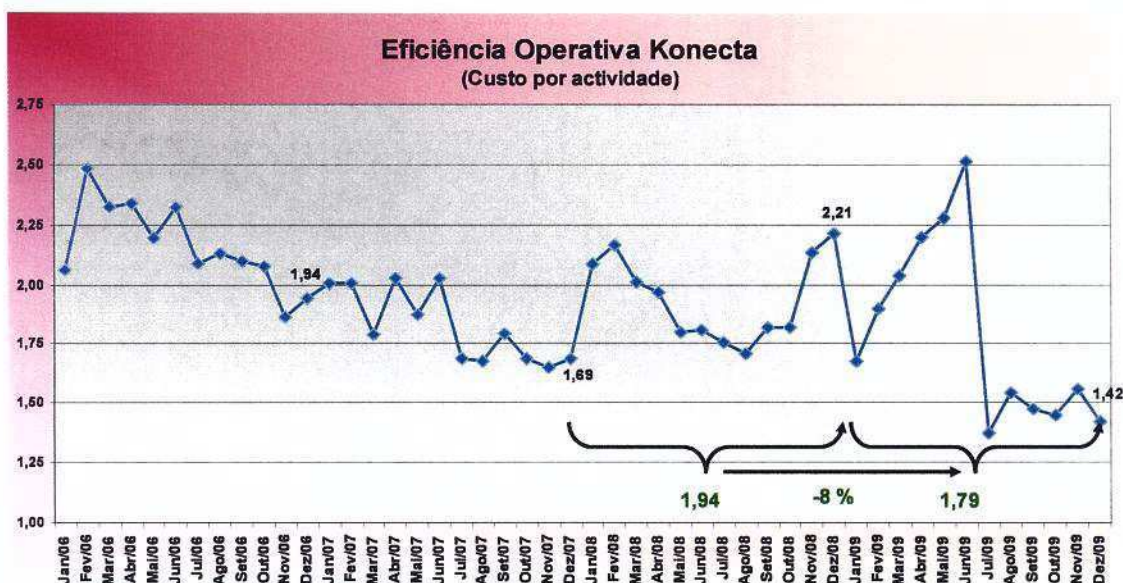
Possibilita ainda a existência de condições para uma rápida reacção às necessidades dos nossos clientes, tanto internos e externos.

A transversalidade de princípios implementada com o novo modelo, garante-nos também, tanto na estrutura interna como na estrutura, que se encontra em regime de outsourcing na Konecta, a existência de controlos adequados e melhores padrões de qualidade dos processos por força da especialização das equipas.

Para a concretização do desígnio acima referido foi essencial a conclusão da migração de sistemas, processo no qual o envolvimento da Direcção de Operações foi bastante significativo no ano que se encontra em análise.

Com a migração dos processos para uma única plataforma informática e com conclusão da implementação do referido modelo de gestão das operações, o Banco possui hoje equipas aptas ao processamento de qualquer produto dentro do ciclo funcional de sua responsabilidade, com impactos claros ao nível da eficiência e eficácia.

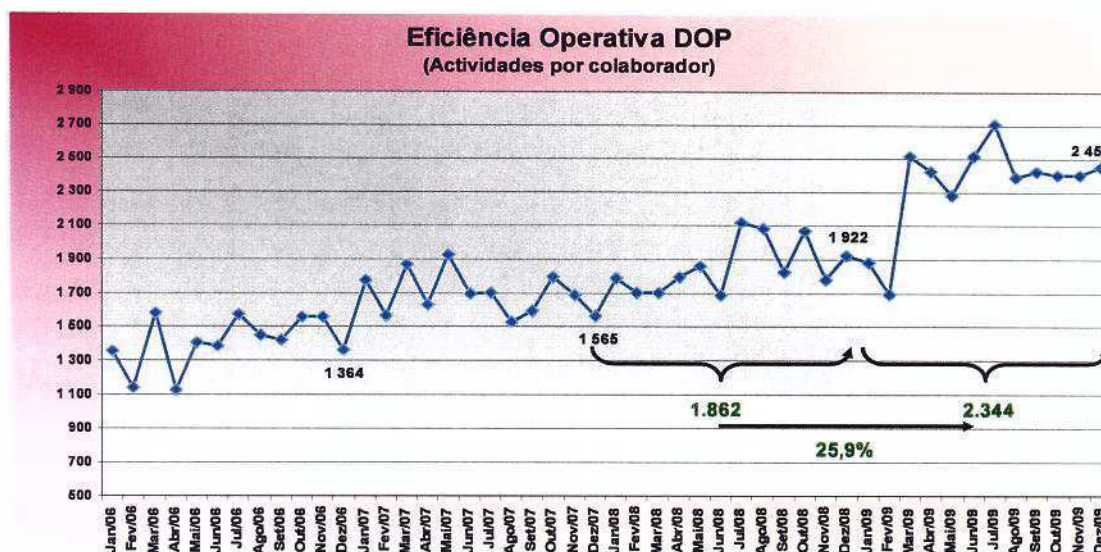
Relativamente à estrutura externa, podemos verificar que se manteve a tendência de melhoria da performance já verificada no ano anterior, a qual neste caso é medida em termos quantitativos pelo custo unitário por actividade. Em 2009 aquele custo foi reduzido em 8% face ao período homólogo.



As oscilações verificadas em 2008 e 2009 respeitam precisamente ao período de adaptação do novo modelo de gestão das operações, sendo que a tendência, apesar das referidas oscilações, tem sido sempre de redução do custo unitário por actividade.

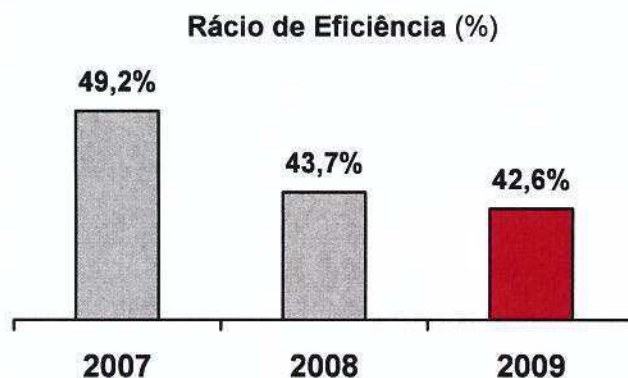
Na estrutura interna a implementação do novo modelo visou concentrar aqui as actividades de ciclo funcional mais longo e/ou com exigência técnica mais elevada, dado que também os recursos e respectivas competências estão mais adaptados a esta realidade.

De qualquer forma e apesar da maior complexidade dos processos geridos, também nesta estrutura, a performance manteve-se com tendência bastante positiva conforme se pode verificar pelo gráfico seguinte:



Nesta estrutura interna a performance é medida em número de actividades por colaborador, as quais tiveram um aumento de 25,9% em 2009, face a 2008.

A análise da conjugação da performance das duas estruturas permite-nos verificar as vantagens da implementação do modelo e do seu impacto na competitividade do Banco, visível também na evolução do seu rácio de eficiência.

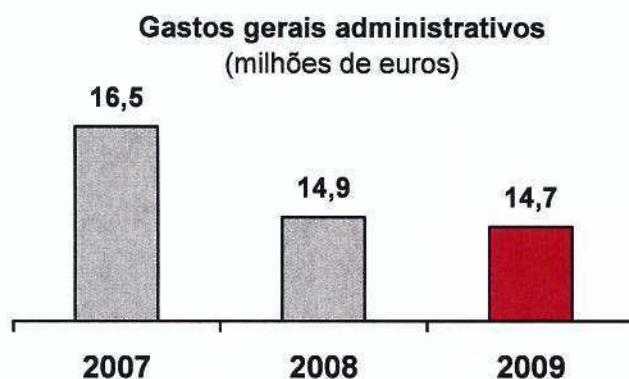


- **Controlo de Custos**

Para além da optimização de processos e de estruturas, focamos de forma sistemática a nossa acção também no controlo de custos. Em 2009 voltamos a optimizar os custos que são responsabilidade desta direcção, com uma performance face ao orçamento muito positiva, através da consecução das oportunidades identificadas.

No que se refere aos custos gerais do Banco, actuamos através da aplicação do processo de Gestão Integrada de Custos, implementado no ano anterior, onde o acompanhamento e crítica a todas as linhas de custos de forma independente da Direcção Financeira, acabou por gerar uma sensibilização acrescida para a temática de custos por parte de todas as áreas do Banco, assim como preveniu a ocorrência de eventuais desvios face ao orçamento.

Os resultados referidos são visíveis na evolução demonstrada pelo mapa seguinte:



Em conclusão, pode dar-se como bastante positivo o desempenho da área de Operações do Banco no decurso de 2009, pois para além implementação do novo modelo de gestão das operações, garantiu-se o apoio à migração final de sistemas, com minimização de impactos no negócio e sem perda de controlo dos diversos processos, assim como se procedeu à optimização de estruturas e de processos com consequências ao nível da estabilização e/ou melhoria de níveis de serviço e de reduções de custos.

CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

No decorrer de 2009, a estratégia de controlo foi conduzida no sentido de aperfeiçoar o sistema de controlo interno, fortalecendo os mecanismos de identificação, avaliação, monitorização e controlo dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade.

Concluído o processo de revisão e actualização dos normativos internos, que documentam os processos e os sistemas de gestão e monitorização dos riscos, os esforços desenvolvidos centraram-se na aferição de oportunidades de melhoria nos processos internos, com vista a promover a gestão eficiente da actividade, assegurando que a estratégia de negócio se encontra suportada por mecanismos de controlo sólidos, consistentes e eficazes.

No que concerne à gestão de risco, a linha de actuação do Banco privilegiou o aperfeiçoamento dos modelos de gestão, com especial enfoque nas categorias de risco que, de acordo com a percepção histórica, têm vindo a apresentar maior materialidade.

Como condição essencial à prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, o Banco procedeu à avaliação e a determinação do nível de capital interno, ICAAP - Internal Capital Adequacy Assessment Process, atendendo ao seu perfil de risco, aos controlos existentes e ao respectivo plano de actividades.

No âmbito do quadro normativo, refira-se a introdução de alterações substanciais ao enquadramento legal para a concessão de crédito ao consumo, em particular o Decreto-lei 133/2009, de 2 de Junho, bem como o reforço na vigilância da actuação das instituições nos mercados financeiros, designadamente no que respeita a questões de índole comportamental.

Em 2009, a Direcção de Controlo e Compliance, responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno, assegurou, em articulação com demais área funcionais, a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, bem como a adopção de elevados princípios éticos e deontológicos, consolidando a afirmação da imagem institucional de excelência pela qual o Grupo Santander é reconhecido.

A monitorização continua do sistema de controlo interno do Banco foi por fim assegurada através da realização de auditoria interna, permitindo avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O plano de sistemas em 2009 sintetiza-se em 3 importantes áreas de actuação: Renovação tecnológica, Consolidação de eficiência operativa e por ultimo o grande desafio, que consistiu na necessidade de adequação dos sistemas à nova legislação do crédito ao consumo. Em relação aos 2 primeiros:

- Renovação tecnológica de algumas infra-estruturas, com o propósito de dotar o Banco de meios técnicos adequados ao negócio que desenvolve, tendo assumido particular destaque a integração da "Wan" do Banco na infra-estrutura de comunicações do Grupo Santander, sendo que neste domínio, os "call-centers" assumiram um papel principal"
- Aposta na eficiência e consolidação de processos, dos quais foram alguns exemplos: a diversificação de soluções via Web, capazes de dinamizar mais eficazmente os produtos comercializados pelo Banco e no desenvolvimento de programas de marca destinados a parceiros de negócio;

Com a concretização dos objectivos, será possível às áreas de negócio e de suporte uma abordagem a 2010 em conformidade com os desígnios propostos no plano de negócio.

RECURSOS HUMANOS

No ano de 2009 e seguindo a tendência do ano anterior, o Banco continuou a apresentar uma estrutura de colaboradores relativamente estável com 211 efectivos. Denotou-se apenas uma ligeira redução face a 2008 (224 colaboradores), justificada, quer pela reorganização de algumas das actividades que transitaram para regime de outsourcing, quer por algumas saídas que por decisão de gestão não foram substituídas. Não obstante assistiu-se a novas admissões de quadros técnicos especializados cujo perfil e know how assume maior relevância e impacto na actividade do Banco.

A estrutura etária manteve-se jovem com uma média a rondar os 37 anos de idade. Ao nível das qualificações académicas cerca de 48% dos colaboradores detem uma qualificação superior, denotando-se um aumento de colaboradores que se encontram a frequentar o ensino superior (6% em 2009 contra 4% em 2008).

O dinamismo da actividade do Banco, permitiu internamente criar oportunidades de crescimento e desenvolvimento, evidenciada pelos 15% de colaboradores que tiveram uma mudança funcional e/ou alteraram o âmbito das suas responsabilidades.

Ao longo dos últimos dois anos o Banco tem vindo a trabalhar na construção e sedimentação da cultura Santander. Consideramos que o empenho, profissionalismo e a liderança das Chefias do Banco são determinantes, constituindo o motor de transmissão do Valores junto dos colaboradores, clientes e sociedade em geral. Ter visão de negócio, satisfazer clientes e accionistas, desenvolver uma gestão eficaz e motivadora de equipas e pessoas, em estrito respeito com as normas de conduta e ética são pilares considerados fundamentais para Banco.

Nesse sentido, 2009 foi dedicado ao Programa "Capacitar - Desenvolvimento das Chefias do Banco". O programa abrangeu as primeiras e segundas linhas, centrando-se no Diagnóstico e Desenvolvimento de Potencial que teve por base um modelo de competências coerente com os Valores e Visão Estratégica do Banco e do Grupo Santander, bem como a informação recolhida junto das próprias chefias, dos pares e colaboradores directos. Conhecidos os resultados, foram traçados Planos de Desenvolvimento Individuais contemplando a implementação de acções concretas de melhoria.

Também como forma de promover e fortalecer os valores e cultura corporativas, muito têm contribuído as iniciativas do Grupo ligadas ao Santander És Tu, uma das quais o Programa de "Intercâmbio Internacional". Neste programa um dos colaboradores do Banco, teve a oportunidade de trabalhar por um período de 4 meses noutra unidade do Santander Consumer Finance, permitindo deste modo dar a conhecer a dimensão internacional do Grupo Santander, trocar as melhores práticas entre diferentes realidades e contribuir para a formação e desenvolvimento individual.

Outra das iniciativas foi a participação do Banco na Semana Santander És Tu desenvolvida a nível mundial em todo o Grupo e que visa celebrar a uma única voz o orgulho de pertença ao Santander. Ao longo desta semana, são realizadas um conjunto de actividades sob temas vários – informação, desporto, equipa e família, solidariedade - tendo localmente os colaboradores participado em sessões de recolha de sangue, actividades de coaching parental, sessões de diagnóstico e sensibilização para a importância de uma alimentação saudável monitorizadas por especialistas, distribuição de fruta, entre outras.

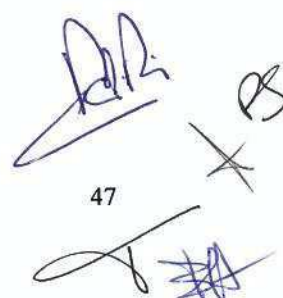
Ao nível da Formação assistiu-se a um enfoque na formação ministrada internamente (52% do total da formação) como forma de transmitir o "saber-fazer", com especial incidência em temáticas críticas para o negócio e actividade do Banco. Houve lugar igualmente a acções de formação ministradas por entidades externas em conteúdos de natureza mais técnica e também comportamental.

Das acções realizadas, destacam-se a prevenção de branqueamento de capitais junto de todos os colaboradores do banco; processos e procedimentos internos, bem como acções na área de risco, financeira e de tecnologias de informação.

Ainda neste capítulo, o Grupo Santander tem uma forte preocupação com o desenvolvimento dos conhecimentos de negócio e competências de liderança dos seus Directivos de Topo – grupo apelidado por DIR RED. Através do Centro Corporativo de Conhecimento e Desenvolvimento, implementou um programa avançado de formação especificamente desenhado para este target de colaboradores. Em 2009, alguns dos directivos do Banco participaram em acções de Gestão Estratégica de Risco, Gestão Estratégica em Finanças Bancárias e Comunicação para Executivos.

O Banco preconiza uma cultura de performance e reconhecimento do mérito, onde resultados, transparência e transversalidade são características diferenciadoras para o sucesso da organização. Para tal, existe definida uma política de Gestão de Desempenho que em 2009 conseguiu abranger a totalidade dos colaboradores do Banco, contribuindo assim para um melhor alinhamento de todos com a estratégia e planos do Banco. Assegurou-se a fixação de objectivos quantitativos, comportamentais e respectiva avaliação no final do ano, momento em que são também detectadas as necessidades específicas de cada colaborador.

Para 2010 e indo de encontro ao Plano Estratégico previsto para o Banco, prevê-se a continuidade do Programa de Desenvolvimento de Chefias focalizado nas 2ª linhas, bem como dinamização das Políticas de Formação e Comunicação Interna.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a cross-like mark, and a signature with a star-like mark.

DECLARAÇÃO RELATIVA À POLITICA DE REMUNERACAO DOS ORGAOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento no disposto na Lei nº 28/2009 de 19 de Junho e tendo presente as recomendações de adopção das melhores práticas remunerativas, segue abaixo a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que será devidamente aprovada em Assembleia Geral.

1. Política de Remuneração do Órgão de Administração

A Política de Remuneração dos Órgãos de Administração do Banco Santander Consumer Portugal (BSCP) encontra-se enquadrada e alinhada com a Política Corporativa de Compensação e Benefícios e aplicável a todas as divisões e países onde o Santander está presente, tendo em consideração as respectivas adaptações locais.

Os princípios subjacentes à Política de Remuneração são os seguintes:

- Alinhamento com os valores, a cultura e a estratégia de negócio e de recursos humanos do Grupo;
- Alinhamento com as recomendações dos reguladores em matéria de retribuição, não fomentando a tomada inadequada de riscos e vinculando a retribuição variável aos resultados do Banco e do Grupo a curto e médio prazo;
- Apoio na estratégia de captação, desenvolvimento e compromisso dos colaboradores;
- Orientação e foco nos resultados, reconhecendo a performance colectiva e individual e recompensando a consecução dos objectivos do negócio, tendo sempre por base uma gestão prudente de riscos;
- Estabelecer níveis de equidade interna e de competitividade externa adequados, assegurando que a retribuição dos seus colaboradores tem em consideração o nível de responsabilidade e experiencia que o seu posto ocupa na organização, bem como o respectivo alinhamento quando comparado com o mercado;
- Incentivo e valorização do desempenho, assegurando uma retribuição diferenciada e coerente com o processo anual de avaliação de desempenho dos colaboradores e o respectivo nível de experiencia na sua carreira profissional;
- Não discriminação por género, idade, raça, religião, nacionalidade, estado civil, orientação sexual ou classe social dos colaboradores;
- Cumprimento da legislação, laboral e fiscal internacional e nacional em vigor.

A estrutura de remuneração do BSCP é transversal a todos os colaboradores do Banco de acordo com a função, níveis de responsabilidade e experiencia profissional. Esta assenta nos seguintes conceitos:

- **Retribuição Fixa:**

A retribuição fixa é estabelecida tendo em conta o nível de responsabilidade da função, conhecimento e percurso profissional, tendo presente a equidade interna

dentro do BSCP e Grupo Santander, bem como a comparação com o mercado de referência.

- **Retribuição Variável:**

O BSCP dispõe de dois sistemas de remuneração variável: um de curto prazo e outro de médio/longo prazo, ambos estabelecidos e regulamentados segundo directrizes e procedimentos corporativos.

O sistema de **Remuneração Variável de Curto Prazo**, está indexado a performance individual e do negócio. São tidos em consideração os resultados do Grupo Santander, da divisão Santander Consumer Finance e da sua subsidiária em Portugal. Acrescem indicadores que medem a qualidade dos resultados obtidos, como sendo a eficiente utilização do capital e a comparação com os concorrentes directos.

A afectação anual do montante da remuneração variável anual é devidamente aprovada pelo Grupo Santander.

Como mecanismo de controlo e limitação da atribuição de remuneração variável, nos estatutos do Banco encontra-se estabelecido que o montante total da remuneração variável a pagar aos Administradores nunca poderá exceder 5% dos lucros do exercício.

O sistema de **Remuneração Variável de Longo Prazo** é composto por um Plano de Acções vinculado a objectivos que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes do Grupo Santander com os interesses dos seus accionistas.

Este esquema é restrito a um colectivo específico do Banco prevendo a atribuição teórica de acções por ciclos de 3 anos. Findo cada ciclo é realizada a respectiva entrega de acções em função de:

- Performance e posicionamento do Grupo Santander face aos seus principais concorrentes (grupo de referencia internacional) com relação a parâmetros específicos estabelecidos pelo Grupo Santander;
- Permanência como quadro do Banco;

Alguma destas atribuições de acções / elegibilidade de pessoas é aprovado em Comissão de Remunerações do Grupo Santander.

Em suma, a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos de Administração com funções executivas encontra-se alinhada com a estrutura acima descrita, integrando todos os conceitos retributivos mencionados, sendo devidamente aprovada na Comissão de Remunerações do Banco.

Os membros dos Órgãos de Administração sem funções executivas não auferem qualquer tipo de remuneração no BSCP, dado serem remunerados pelo Grupo Santander Consumer Finance pelo exercício de outras cargos ou funções.

Remuneração anual auferida pelos membros dos Órgãos de Administração

Orgão de Administração	Remuneração 2009	
	Fixa	Variável
Pedro César Pereira Alves Saraiva	178	43
Luis Filipe Pires Ferreira	114	15
Inés Serrano Gonzalez	-	-
David Turiel Lopez	-	-
Borja Anduiza Ruivo	-	-

Valores: Mil Euros

Em 2009 não foram pagas quaisquer valores a título de indemnizações a ex-administradores.

2. Política de Remuneração do Órgão de Fiscalização

O órgão de fiscalização do Banco não é remunerado nessa qualidade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho aprovou a seguinte Proposta de Aplicação de Resultados referente ao exercício de 2009, a submeter à próxima Assembleia Geral Anual de Accionistas do Banco Santander Consumer Portugal, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais

"Proposta de Aplicação de Resultados:

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2009 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 9.636.420 sendo o Resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 10.409.971.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado líquido individual): Euros 963.642;
Resultados a transitar: Euros 8.672.778

Lisboa, 27 de Maio de 2010

O Conselho de Administração

Pedro Carlos P.A. Lemos



José Serrano

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009			2008	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2009	2008
		Activo Bruto	Amortizações, provisões e imparidade	Activo líquido					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	35 822	-	35 822	90 117	Recursos de outras instituições de crédito	12	1 068 446 439	1 074 880 135
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	29 814 467	-	29 814 467	3 600 085	Recursos de clientes e outros empréstimos	13	4 578 092	6 172 739
Activos financeiros detidos para negociação	7	5 362 985	-	5 362 985	-	Passivos financeiros detidos para negociação	7	5 377 474	-
Crédito a clientes	8	1 309 198 617	(59 643 503)	1 249 555 114	1 251 879 972	Provisões	14	122 267	-
Outros activos tangíveis	9	16 649 152	(8 245 198)	8 403 954	8 328 503	Passivos por impostos correntes	10	646 866	43 094
Activos intangíveis	9	8 891 803	(6 028 504)	2 863 299	2 482 906	Passivos por impostos diferidos	10	717 159	876 490
Activos por impostos correntes	10	8 781	-	8 781	180 682	Outros passivos subordinados	15	15 069 364	15 236 802
Activos por impostos diferidos	10	3 535 196	-	3 535 196	4 289 252	Outros passivos	16	103 010 747	81 438 627
Outros activos	11	21 673 970	(2 669 812)	19 004 158	26 522 195	Total do Passivo		1 197 968 408	1 178 647 887
						Capital	17	66 592 947	66 592 947
						Outras reservas e resultados transitados	18	43 612 450	44 108 062
						Rendimento integral do exercício	19	10 409 971	8 024 816
						Total do Capital Próprio		120 615 368	118 725 825
						Total do Passivo e do Capital Próprio		1 318 583 776	1 297 373 712
Total do Activo		1 395 170 793	(76 587 017)	1 318 583 776	1 297 373 712				

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros e rendimentos similares	21	89 491 720	92 724 026
Juros e encargos similares	21	(40 193 989)	(45 188 511)
MARGEM FINANCEIRA		49 297 731	47 535 515
Rendimentos de serviços e comissões	22	12 235 251	10 008 456
Encargos com serviços e comissões	22	(3 204 044)	(4 076 845)
Resultados em operações financeiras	23	(17 645)	52 719
Outros resultados de exploração	24	509 303	1 310 475
PRODUTO BANCÁRIO		58 820 596	54 830 320
Custos com pessoal	25	(8 606 477)	(7 949 453)
Gastos gerais administrativos	26	(14 706 564)	(14 877 554)
Depreciações e amortizações	9	(1 753 449)	(1 156 750)
Imparidade de crédito	14	(17 864 809)	(18 493 672)
Imparidade de outros activos	14	(566 351)	614 797
Outras provisões	14	(122 267)	35 000
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		15 200 679	13 002 688
Impostos correntes	10	(4 195 983)	(6 713 742)
Impostos diferidos	10	(594 725)	1 735 870
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10 409 971	8 024 816
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		10 409 971	8 024 816
Número de acções em circulação no exercício		66 592 947	66 592 947
Resultados por acção		0,16	0,12

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados					Lucro do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	66 592 947	7 659 228	13 633 237	20 682 307	41 974 772	16 662 876	125 230 595
Aplicação do resultado:							
- Transferência para reservas	-	1 612 973	533 150	-	2 146 123	(2 146 123)	-
- Transferência para resultados transitados	-	-	-	14 516 753	14 516 753	(14 516 753)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(14 516 753)	(14 516 753)	-	(14 516 753)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	8 024 816	8 024 816
Outros	-	-	(12 833)	-	(12 833)	-	(12 833)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	66 592 947	9 272 201	14 153 554	20 682 307	44 108 062	8 024 816	118 725 825
Aplicação do resultado:							
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	1 065 052	(2 625 724)	9 585 488	8 024 816	(8 024 816)	-
Transferência de resultados transitados para reservas	-	-	22 454 403	(22 454 403)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(8 520 432)	(8 520 432)	-	(8 520 432)
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	10 409 971	10 409 971
Outros	-	-	4	-	4	-	4
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	66 592 947	10 337 253	33 982 237	(707 040)	43 612 450	10 409 971	120 615 368

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	115 313 099	116 771 389
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(50 759 311)	(61 938 208)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	9 474 347	8 316 101
Pagamentos a fornecedores e empregados	(28 815 639)	(32 367 404)
Outros resultados	(4 675 757)	9 307 617
	<u>40 536 739</u>	<u>40 089 495</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(26 796 959)	(43 714 746)
Outros activos	33 099 382	(10 651 299)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(2 575 935)	36 049 791
Recursos de clientes e outros empréstimos	(3 679 562)	(350 695)
	<u>46 925</u>	<u>(18 666 949)</u>
Impostos sobre os lucros	(3 484 721)	(7 019 481)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>37 098 943</u>	<u>14 403 065</u>
Pagamentos relativos a imobilizações	(2 418 425)	(2 886 216)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(2 418 425)</u>	<u>(2 886 216)</u>
Dividendos pagos	(8 520 432)	(14 516 753)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(8 520 432)</u>	<u>(14 516 753)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>26 160 087</u>	<u>(2 999 904)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 690 202	6 690 106
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29 850 289	3 690 202

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por "BSCP" ou "Banco"), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e "Factoring".

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco através método integral, uma vez que o Banco, enquanto subscritor único dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited, detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas actividades.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco detinha 100% do capital social da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.. Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 31 de Dezembro de 2008, foi deliberada a dissolução e liquidação imediata desta sociedade, tendo em consequência sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus activos e passivos.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Maio de 2010.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2009, foram preparadas de acordo com as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, em vigor a essa data, desde que endossadas pela União Europeia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 substitui a IAS 14, redefinindo os segmentos relatáveis e a informação a relatar sobre os mesmos.
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	1-Jul-08	Esta interpretação esclarece que os bónus atribuídos a clientes como parte de uma transacção de venda são registados como uma componente separada da transacção.
REVISÕES:		
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (Revisão de 2007)	1-Jan-09	Esta revisão introduz a obrigatoriedade de capitalização dos custos de empréstimos relacionados com activos que se qualificam para tal.
EMENDAS:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas referem-se à mensuração do custo dos investimentos na adopção inicial das IFRS e ao reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras da empresa-mãe.
IFRS 2 – Pagamento com base em acções (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a definição de condições de atribuição (<i>vesting conditions</i> e <i>non-vesting conditions</i>) e o tratamento de cancelamentos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas alargam as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras / IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	1-Jan-09	Estas emendas clarificam a classificação e a apresentação de instrumentos financeiros com uma opção <i>put</i> .
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-08	Estas emendas permitem, em condições limitadas, a reclassificação de instrumentos financeiros não derivados das categorias de justo valor por resultados e de disponíveis para venda para outras categorias.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito à divulgação das Demonstrações de Rendimento Integral (IAS 1 – revisão).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES:		
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação, aplicável a concessões do tipo público-para-privado, enquadra o operador como prestador de serviços e introduz regras de reconhecimento por parte do operador do rédito de construção e de operação de infraestruturas e sua mensuração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação clarifica as condições necessárias para enquadrar o reconhecimento do rédito proveniente da construção de imóveis no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilidade de cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09	Esta interpretação fornece orientações sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis provenientes de clientes”.
REVISÕES:		
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Revisão de 2008)	1-Jan-10	Esta revisão reflecte as várias alterações ocorridas desde a primeira versão desta norma.
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais / IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão introduz alterações: (a) na mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) no reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) no tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) no registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de venda de interesses das quais não resulte a perda de controlo sobre a entidade.
EMENDAS:		
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	1-Jul-09	Estas emendas clarificam alguns aspectos da contabilidade de cobertura, nomeadamente: (i) a identificação da inflação como um risco coberto e (ii) a cobertura com opções.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 9 – Reavaliação de derivados embutidos / IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas clarificam as circunstâncias em que é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos retrospectivos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção das mesmas.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica “Interesses Minoritários”.

Em 31 de Dezembro de 2008, após a dissolução e liquidação da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A. referida na Nota 1, o Banco não detinha qualquer participação em empresas filiais ou outras entidades de propósitos especiais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

De acordo, com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um activo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, consequentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a totalidade das operações de “factoring” respeitam a contratos sem recurso.

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Crédito a clientes – Factoring", a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de "Outros passivos – credores por contratos de factoring" (Nota 16), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis. Eventuais recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica "Imparidade de crédito".

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

d) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Grupo efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de "factoring"
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percepcionado pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento ("default"). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica "Imparidade de crédito", líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Grupo, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica "Outros passivos".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

g) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

h) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

j) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica "Outros activos", pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2009 e 2008 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax). O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

k) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

l) Especialização de exercícios

O Grupo adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

m) Impostos correntes e diferidos

O Banco e as suas filiais com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 corresponde a 26,5%. As filiais e outras entidades de propósitos especiais, domiciliadas para efeitos fiscais fora do território nacional, são tributadas de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco não reconhece impostos diferidos activos ou passivos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais por não ser provável que a diferença se reverta no futuro previsível.

A alteração ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 35/2005, introduzida pela aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio clarificar que as Entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal cujas demonstrações financeiras individuais sejam preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, deverão efectuar o apuramento do seu lucro tributável em conformidade com as referidas normas. Ainda neste âmbito, a redacção do artigo 53º do Código do IRC define disposições transitórias que deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao texto do Código, face às novas exigências decorrentes do normativo contabilístico em vigor.

As autoridades têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo previamente definido, o qual é de quatro anos em Portugal (excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2006 a 2009.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

n) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

o) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.4 Comparabilidade da informação

No exercício de 2009 o Banco efectuou algumas alterações na forma de apresentação de alguns dos seus custos, tendo em atenção a respectiva natureza e prática de mercado, de forma a facilitar a leitura das demonstrações financeiras.

Desta forma, a principal alteração consistiu na reclassificação de valores relativos a comissões associadas ao custo amortizado de encargos com serviços e comissões para a margem financeira.

	Apresentado em 2008	Reclassificação	Reexpresso 2008
Juros e rendimentos similares	111.882.117	(19.158.091)	92.724.026
Juros e encargos similares	(65.844.529)	20.666.018	(45.188.511)
MARGEM FINANCEIRA	46.037.588	1.497.927	47.535.515
Rendimentos de serviços e comissões	10.008.456	-	10.008.456
Encargos com serviços e comissões	(2.578.918)	(1.497.927)	(4.076.845)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-
Resultados em operações financeiras	52.719	-	52.719
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-
Outros resultados de exploração	1.310.475	-	1.310.475
PRODUTO BANCÁRIO	54.830.320	-	54.830.320
Custos com pessoal	(7.949.453)	-	(7.949.453)
Gastos gerais administrativos	(14.877.554)	-	(14.877.554)
Depreciações e amortizações	(1.156.750)	-	(1.156.750)
Imparidade de crédito	(18.493.672)	-	(18.493.672)
Imparidade de outros activos	614.797	-	614.797
Outras provisões	35.000	-	35.000
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	13.002.688	-	13.002.688
Impostos correntes	(6.713.742)	-	(6.713.742)
Impostos diferidos	1.735.870	-	1.735.870
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.024.816	-	8.024.816
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	-	-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	8.024.816	-	8.024.816

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do Grupo, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Sector de actividade/Entidade	Sede	Sector de actividade	2009			2008		
			% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido (Nota 19)	% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido (Nota 19)
Fundo Silk Finance No.3	Portugal	Fundo de titularização de crédito	0%	676.731.708	(4.591.509)	n.a	-	-
Silk Finance No.3 Limited	Irlanda	SPE	0%	(9.548.927)	(9.548.930)	n.a	-	- (1)
IT Car - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal	Crédito especializado	n.a	-	-	n.a	-	(97.656) (2)

(1) Contas provisórias

(2) Resultado líquido apurado até à data de dissolução e liquidação (31 de Dezembro de 2008 - Nota 1)

Nos exercícios de 2009 e 2008, as principais operações ocorridas com empresas do Grupo foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited, foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades (Nota 31). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são detidas integralmente pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco detinha 100% do capital social da IT Car – Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.. Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 31 de Dezembro de 2008, foi deliberada a dissolução e liquidação imediata desta sociedade, tendo em consequência sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus activos e passivos, no montante líquido de 3.312.354 Euros (Nota 1).

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	12.327	50.529
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	23.495	39.588
	-----	-----
	35.822	90.117
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem		
No país	29.528.522	3.141.554
	-----	-----
	29.528.522	3.141.554
Valores a cobrar	285.945	458.531
	-----	-----
	29.814.467	3.600.085
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

7. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo destas rubricas corresponde ao justo valor dos swaps de taxa de juro (5.362.985 de justo valor positivo e 5.377.474 Euros de justo valor negativo), contratados no âmbito da operação de titularização (Nota 31).

8. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito Vincendo		
· Vendas a crédito	735.255.802	699.567.657
· Factoring	164.537.694	155.601.161
· Locação financeira mobiliária	153.734.405	202.807.552
· Aluguer de longa duração	149.195.982	145.885.339
· Créditos em conta corrente	17.384.667	19.367.024
· Cartões de crédito	7.634.686	10.817.281
· Outros	203.257	166.950
	1.227.946.493	1.234.212.964
Crédito e juros vencidos	54.182.706	47.665.850
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	2.075.371	1.864.474
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	24.994.047	23.214.985
	1.309.198.617	1.306.958.273
Imparidade para Crédito (Nota 14)	(59.643.503)	(55.078.301)
	1.249.555.114	1.251.879.972

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 14.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2009	31-12-2008
Comércio a retalho	12.598.616	16.012.825
Construção	15.342.300	20.941.276
Serviços	13.132.473	17.366.411
Comércio por grosso	11.332.000	14.637.618
Transportes e comunicações	8.759.445	10.009.187
Indústrias Extractivas	6.316.033	5.360.118
Restaurantes e hotéis	3.041.062	4.366.882
Papel, artes gráficas e editoras	3.916.093	4.138.679
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	2.178.446	3.047.261
Alimentação, bebidas e Tabaco	1.745.874	2.197.330
Agricultura e Silvicultura	1.595.989	2.141.681
Têxteis	723.356	1.047.439
Madeira e cortiça	660.166	963.328
Químicas	299.982	326.508
Electricidade, água e gás	132.638	80.841
Particulares	890.043.577	885.451.728
Outras actividades	256.128.444	246.123.852
	<u>1.227.946.493</u>	<u>1.234.212.964</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	31-12-2009					
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos
Até 1 ano	188.167.083	55.041.461	164.537.694	40.412.217	7.634.686	17.287.924
De 1 a 5 anos	450.874.002	93.279.044	-	99.338.909	-	300.000
A mais de 5 anos	96.214.717	5.413.900	-	9.444.856	-	-
	<u>735.255.802</u>	<u>153.734.405</u>	<u>164.537.694</u>	<u>149.195.982</u>	<u>7.634.686</u>	<u>17.587.924</u>
						<u>1.227.946.493</u>
	31-12-2008					
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos
Até 1 ano	47.680.558	14.795.272	155.601.161	9.934.257	10.817.281	19.533.974
De 1 a 5 anos	389.500.508	155.193.826	-	99.083.668	-	-
A mais de 5 anos	262.386.591	32.818.454	-	36.867.414	-	-
	<u>699.567.657</u>	<u>202.807.552</u>	<u>155.601.161</u>	<u>145.885.339</u>	<u>10.817.281</u>	<u>19.533.974</u>
						<u>1.234.212.964</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	31-12-2009					
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos
De 1 a 3 meses	3.491.866	688.283	1.998.047	417.468	111.355	32.173
De 3 a 6 meses	2.418.235	387.960	127.918	150.009	148.348	32.363
De 6 a 12 meses	9.153.416	1.101.615	327.713	616.425	495.196	61.562
De 1 a 3 anos	19.659.731	5.090.599	643.828	1.726.602	2.348.825	457.286
Superior a 3 anos	15.959	125.445	151.701	82.540	1.145.537	974.704
	<u>34.739.208</u>	<u>7.393.901</u>	<u>3.249.207</u>	<u>2.993.044</u>	<u>4.249.260</u>	<u>1.558.087</u>
						<u>54.182.706</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2008						
	Vendas a crédito	Locação financeira mobiliária	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
De 1 a 3 meses	4.642.666	1.267.526	2.755.010	681.599	435.049	76.999	9.858.849
De 3 a 6 meses	3.149.421	535.328	471.523	315.618	595.115	121.434	5.188.439
De 6 a 12 meses	8.175.949	1.382.249	175.335	365.220	2.168.664	74.217	12.341.634
De 1 a 3 anos	11.458.174	4.967.024	85.942	574.118	625.602	318.468	18.029.328
Superior a 3 anos	9.174	5.911	-	1.363.698	1.820	866.997	2.247.600
	27.435.384	8.158.038	3.487.810	3.300.253	3.826.250	1.458.115	47.665.850

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 18.799.000 Euros e 30.543.000 Euros, respectivamente.

No exercício de 2009, o Banco não procedeu a alienações de créditos abatidos ao activo.

No exercício de 2008, o Banco alienou por 1.170.478 Euros um conjunto de créditos ao consumo e automóvel com um valor nominal em dívida de 17.934.595 Euros. Na data de celebração dos contratos os créditos encontravam-se integralmente abatidos ao activo. Os valores recebidos no âmbito dos referidos contratos de cessão de créditos foram registados na rubrica "Recuperação de crédito e juros vencidos" (Nota 14).

9. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Outros activos tangíveis" e "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foram os seguintes:

	2009						
	Saldos iniciais						Saldos finais
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Valor bruto
							Amortizações acumuladas
Outros activos tangíveis:							
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.353.499)	36.329	(108.573)	-	-	8.444.484
Obras em imóveis arrendados	719.674	(282.061)	16.791	(146.949)	-	-	738.468
Equipamento:							
Mobiliário e material	835.766	(823.714)	-	(714)	-	-	835.766
Máquinas e ferramentas	190.301	(185.631)	3.178	(1.686)	-	-	193.479
Equipamento informático	5.041.691	(4.405.846)	216.298	(165.419)	(208.875)	(1.724)	4.984.850
Instalações interiores	799.960	(628.734)	359.942	(82.950)	115.285	(3.840)	1.271.347
Material de transporte	15.390	(15.390)	-	-	-	-	15.390
Equipamento de segurança	46.547	(34.106)	8.787	(4.127)	-	-	55.334
Outros equipamentos	4.571	(4.571)	-	-	-	-	4.571
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.226)	-	-	-	-	1.226
Imobilizações em curso	-	-	17.389	-	93.590	(4.740)	106.239
	16.063.281	(7.734.778)	658.715	(510.418)	-	(10.304)	16.649.152
Activos intangíveis:							
Software	6.550.857	(4.785.473)	155.669	(1.243.031)	1.424.413	-	8.188.340
Imobilizações em curso	717.522	-	1.604.041	-	(1.424.413)	(193.687)	703.463
	7.268.379	(4.785.473)	1.759.710	(1.243.031)	-	(193.687)	8.891.803
	23.331.660	(12.520.251)	2.418.425	(1.753.449)	-	(203.991)	25.540.955

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008								
	Saldo inicial		Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências	Abates e alienações	Regularizações	Saldo final	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						Valor bruto	Amortizações acumuladas
Outros activos tangíveis:									
Imóveis de serviço próprio	8.408.155	(1.245.532)	-	(107.967)	-	-	-	8.408.155	(1.353.499)
Obras em imóveis arrendados	1.167.480	(698.304)	107.206	(125.286)	-	(13.488)	-	719.674	(282.061)
Equipamento:									
Mobiliário e material	952.770	(933.673)	587	(8.601)	969	969	-	835.766	(823.714)
Máquinas e ferramentas	189.328	(184.185)	973	(1.446)	-	-	-	190.301	(185.631)
Equipamento informático	4.827.126	(4.559.517)	532.970	(155.324)	(969)	(9.410)	-	5.041.691	(4.405.846)
Instalações interiores	662.844	(602.175)	137.116	(25.559)	-	-	-	799.960	(828.734)
Material de transporte	27.004	(27.003)	-	-	-	(1)	-	15.390	(15.390)
Equipamento de segurança	46.544	(31.774)	3	(2.332)	-	-	-	46.547	(34.106)
Outros equipamentos	4.571	(4.571)	-	-	-	-	-	4.571	(4.571)
Outras imobilizações corpóreas	1.226	(1.226)	-	-	-	-	-	1.226	(1.226)
	<u>16.287.048</u>	<u>(8.287.960)</u>	<u>778.855</u>	<u>(427.519)</u>	<u>-</u>	<u>(21.925)</u>	<u>-</u>	<u>16.083.281</u>	<u>(7.734.779)</u>
Activos intangíveis:									
Software	5.173.406	(4.106.445)	548.521	(729.235)	888.036	11.101	-	6.550.857	(4.785.473)
Imobilizações em curso	96.107	-	1.576.892	-	(868.036)	(87.441)	-	717.522	-
	<u>5.269.513</u>	<u>(4.106.445)</u>	<u>2.125.413</u>	<u>(729.235)</u>	<u>-</u>	<u>(76.340)</u>	<u>-</u>	<u>7.268.379</u>	<u>(4.785.473)</u>
	<u>21.556.561</u>	<u>(12.394.405)</u>	<u>2.904.268</u>	<u>(1.156.750)</u>	<u>-</u>	<u>(98.265)</u>	<u>-</u>	<u>23.331.680</u>	<u>(12.520.251)</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo das imobilizações em curso de activos intangíveis refere-se a projectos em curso de software informático, nomeadamente de desenvolvimento de novo software ou evolução de software já existente, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2010.

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	2009	2008
Activos por impostos correntes	8.781	180.682
Passivos por impostos correntes		
Imposto do exercício a pagar	(646.866)	(43.094)
	<u>(638.085)</u>	<u>137.588</u>
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	3.535.196	4.289.252
Passivos por impostos diferidos	(717.159)	(876.490)
	<u>2.818.037</u>	<u>3.412.762</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2009 e 2008, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	2009	2008
Impostos correntes		
· Do exercício	4.131.587	5.325.198
· Correções a exercícios anteriores	64.396	1.388.544
	4.195.983	6.713.742
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	594.725	(1.735.870)
Total de impostos registados em resultados	4.790.708	4.977.871
Resultados antes de impostos	15.200.679	13.002.688
Carga fiscal	31,52%	38,28%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2009 e 2008, pode ser detalhada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		15.200.679		13.002.688
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	26,50%	4.028.180	26,50%	3.445.712
Diferenças permanentes				
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	1,75%	265.444	3,57%	464.438
Tributação autónoma	0,74%	112.573	0,37%	48.560
Imparidade ou provisões não dedutíveis	0,00%	-	2,69%	350.273
Mais valia na liquidação da IT Car	0,00%	-	-1,84%	(239.414)
Prejuízos fiscais reportáveis utilizados não compensados por impostos diferidos	0,00%	-	-1,21%	(157.501)
Outras diferenças permanentes	0,37%	55.978	-0,39%	(50.400)
Outros	0,00%	11	0,03%	3.831
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	29,36%	4.462.186	29,73%	3.865.499
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	0,42%	64.396	10,68%	1.388.544
Imposto diferido	1,74%	264.126	-2,12%	(276.172)
Correções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	2,16%	328.522	8,55%	1.112.372
Impostos sobre os lucros	31,52%	4.790.708	38,28%	4.977.871

Conforme referido na Nota 2.3 m), as alterações introduzidas ao artigo 14º do Decreto-Lei nº 25/2005, aprovadas pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade das entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), efectuarem o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas. Adicionalmente, o nº 2 do artigo 57º da Lei do Orçamento de Estado para 2007 veio definir disposições transitórias relativamente à implementação das NCA, no âmbito das quais, as variações patrimoniais decorrentes da transição entre o anterior normativo contabilístico (Plano de Contas para o Sector Bancário – PCSB) e as NCA, que sejam fiscalmente relevantes de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), concorrem em partes iguais para a formação do lucro tributável no exercício de 2006 e nos quatro exercícios subsequentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009			
	Saldos em 31-12-2008	Reforços	Realizações/ anulações	Saldos em 31-12-2009
Activos por impostos diferidos				
Imparidade para crédito concedido	3.799.813	449.847	(1.203.903)	3.045.757
Provisões e Imparidade para outros activos	126.249	181.595	-	307.844
	<u>3.926.062</u>	<u>631.442</u>	<u>(1.203.903)</u>	<u>3.353.601</u>
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:				
Desreconhecimento de activos financeiros	363.190	(181.595)	-	181.595
Total de activos por impostos diferidos	<u>4.289.252</u>	<u>449.847</u>	<u>(1.203.903)</u>	<u>3.535.196</u>
Passivos por impostos diferidos				
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(876.490)	159.331	-	(717.159)
Total de passivos por impostos diferidos	<u>(876.490)</u>	<u>159.331</u>	<u>-</u>	<u>(717.159)</u>
Saldo líquido	<u>3.412.762</u>	<u>609.178</u>	<u>(1.203.903)</u>	<u>2.818.037</u>

	2008			
	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Realizações/ anulações	Saldos em 31-12-2008
Activos por impostos diferidos				
Imparidade para crédito concedido	2.428.943	1.629.232	(258.362)	3.799.813
Provisões e Imparidade para outros activos	126.249	-	-	126.249
	<u>2.555.192</u>	<u>1.629.232</u>	<u>(258.362)</u>	<u>3.926.062</u>
Correcções relacionadas com os ajustamentos de transição para IAS/IFRS:				
Desreconhecimento de activos financeiros	753.792	-	(390.602)	363.190
Outros	30.470	-	(30.470)	-
Total de activos por impostos diferidos	<u>3.339.454</u>	<u>1.629.232</u>	<u>(679.434)</u>	<u>4.289.252</u>
Passivos por impostos diferidos				
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(1.662.562)	(88.087)	874.159	(876.490)
Total de passivos por impostos diferidos	<u>(1.662.562)</u>	<u>(88.087)</u>	<u>874.159</u>	<u>(876.490)</u>
Saldo líquido	<u>1.676.892</u>	<u>1.541.145</u>	<u>194.725</u>	<u>3.412.762</u>

Na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais, a partir de 1 de Janeiro de 2007 o apuramento da derrama passou a corresponder no máximo a 1,5% sobre o lucro tributável determinado em cada exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre o imposto corrente do exercício e o valor do imposto a pagar apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto corrente do exercício	4.131.587	5.325.198
Pagamentos por conta	(3.484.721)	(5.282.106)
Outros	-	2
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>646.866</u>	<u>43.094</u>

11. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outros activos		
· Imposto a recuperar	8.648.186	14.264.074
· Aplicações por recuperação de créditos	2.696.619	3.198.721
· Devedores diversos	3.873.980	5.322.949
	<u>15.218.785</u>	<u>22.785.744</u>
Rendimentos a receber		
· Comissões e outros valores a receber	2.772.814	616.515
Despesas com encargos diferidos	1.115.989	379.197
Valores diversos a regularizar	2.566.382	5.187.804
	<u>21.673.970</u>	<u>28.969.257</u>
Imparidade (Nota 14)		
· Aplicações por recuperação de créditos	(1.179.409)	(1.458.197)
· Impostos a recuperar	(1.490.403)	(988.864)
	<u>(2.669.812)</u>	<u>(2.447.062)</u>
	<u>19.004.158</u>	<u>26.522.195</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica "Imposto a recuperar" inclui 8.416.798 Euros e 13.247.342 Euros, respectivamente, relativos a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor da imparidade constituída para estes activos ascende a 1.490.403 Euros e 988.864 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao respectivo valor de realização nessas datas.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Rendimentos a receber- Comissões e outros valores a receber" inclui 1.613.026 Euros de valores a regularizar que têm contrapartida na rubrica "Outros passivos – outros encargos a pagar" (Nota 16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes registados em “Aplicações por recuperação de créditos”, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2007	2.155.782
Recuperações	5.734.010
Alienações	(4.688.956)
Outros movimentos	(2.115)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.198.721
Recuperações	1.672.496
Alienações	(2.125.464)
Outros movimentos	(49.134)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	2.696.619

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros activos – devedores diversos”, inclui 533.985 Euros e 583.402 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber por alienação de viaturas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Valores diversos a regularizar”, inclui 1.532.007 Euros e 2.446.266 Euros relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança, respectivamente.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de “Outros activos” nos exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 14.

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	9.850.293	25.426.227
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	711.000.000	1.028.000.000
Bancos Centrais	330.000.000	-
Juros a pagar	17.596.146	21.453.908
	1.058.596.146	1.049.453.908
	1.068.446.439	1.074.880.135

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

13. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem	168.627	492.381
Cheques e ordens a pagar	4.409.465	5.673.701
	<u>4.578.092</u>	<u>6.166.082</u>
Juros a pagar		
Depósitos à ordem	-	6.657
	<u>4.578.092</u>	<u>6.172.739</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

14. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2009 e 2008 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

2009							
	Saldos em 31.12.2008	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2009	Recuperação de crédito e juros vencidos
Imparidade para crédito (Nota 8)	55.078.301	68.449.768	(41.925.880)	(21.690.860)	(267.826)	59.643.503	(8.659.079)
Imparidade:							
· Impostos a recuperar (Nota 11)	988.864	845.141	-	(343.602)	-	1.490.403	-
· Aplicações por recuperação de crédito (Nota 11)	1.458.197	7.674.180	(7.952.970)	-	2	1.179.409	-
	2.447.061	8.519.321	(7.952.970)	(343.602)	2	2.669.812	-
Provisões	-	122.267	-	-	-	122.267	-
	57.525.362	77.091.356	(49.878.850)	(22.034.462)	(267.824)	62.435.582	(8.659.079)
2008							
	Saldos em 31.12.2007	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2008	Recuperação de crédito e juros vencidos
Imparidade para crédito (Nota 8)	36.867.214	45.002.885	(18.193.112)	(8.988.335)	389.649	55.078.301	(8.316.101)
Imparidade:							
· Impostos a recuperar (Nota 11)	1.183.407	-	(194.543)	-	-	988.864	-
· Devedores e outros activos (Nota 11)	2.044.516	190.831	(681.714)	(1.553.633)	-	-	-
· Aplicações por recuperação de crédito (Nota 11)	1.587.320	3.216.294	(3.145.665)	-	(199.752)	1.458.197	-
	4.815.243	3.407.125	(4.021.922)	(1.553.633)	(199.752)	2.447.061	-
Provisões	72.500	-	(35.000)	(37.500)	-	-	-
	41.754.957	48.410.010	(22.250.034)	(10.579.468)	189.897	57.525.362	(8.316.101)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Conforme referido em maior detalhe na Nota 8, no exercício de 2008, o Banco alienou um conjunto de créditos ao consumo e automóvel, os quais se encontravam integralmente abatidos ao activo na data de celebração dos contratos. As mais valias realizadas nas vendas, no montante de 1.170.478 Euros, foram registadas na rubrica "Recuperação de crédito e juros vencidos".

No exercício de 2008 a rubrica "Outros movimentos e transferências", inclui 365.438 Euros em "Imparidade para crédito", relativos à aquisição no exercício de 2008 de um conjunto de operações de crédito à Transolver.

15. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	69.364	236.802
	<u>15.069.364</u>	<u>15.236.802</u>
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 0,75%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Após o quinto ano, o Banco poderá efectuar o reembolso desta emissão, ao par ("call option"), mediante autorização prévia do Banco de Portugal. Caso esta opção não seja exercida, a remuneração das obrigações a partir dessa data corresponderá ao mesmo indexante acrescido de 1,25%. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a taxa de juro em vigor ascendia a 1,77% e 6,046%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Valores a pagar ao Estado:		
· Imposto sobre o Valor Acrescentado	919.406	797.803
· Imposto do Selo	559.468	568.927
· Retenção de impostos na fonte	177.078	194.143
· Contribuições para a Segurança Social	133.279	140.194
· Outros	112	109
	<u>1.789.343</u>	<u>1.701.176</u>
Credores:		
· Credores por contratos de factoring	56.363.419	37.560.397
· Cauções recebidas – contratos de ALD	21.660.041	22.034.578
· Fornecedores conta corrente	9.175.578	4.836.198
· Facturas em recepção e conferência	-	164.217
· Outros credores	1.649.975	3.324.718
	<u>88.849.013</u>	<u>67.920.108</u>
Operações passivas a regularizar	<u>6.339.593</u>	<u>6.172.036</u>
Encargos a pagar:		
· Gastos gerais administrativos	2.327.097	2.613.952
· Acordos de participação	673.069	1.213.009
· Acréscimos de custos para férias e subsídio de férias	936.760	904.716
· Bónus a distribuir aos colaboradores	481.250	300.000
· Seguros a pagar	-	430
· Outros encargos a pagar	1.614.624	43
	<u>6.032.800</u>	<u>5.032.150</u>
Receitas com rendimento diferido	-	613.153
	<u>103.010.747</u>	<u>81.438.627</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD” respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros encargos a pagar” inclui 1.613.026 Euros referentes a valores a regularizar que têm contrapartida na rubrica “Rendimentos a receber- Comissões e outros valores a receber” (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

17. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	2009	
	<u>Número de</u> <u>acções</u>	<u>Percentagem</u> <u>de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	66.592.947	100,000%
	=====	=====

18. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	10.337.253	9.272.201
Outras Reservas	21.191.573	1.362.890
Resultados Transitados	(707.040)	20.682.307
	43.612.450	44.108.062
	=====	=====

Nos termos da portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em Assembleia Geral realizada em 11 de Dezembro de 2009, foi deliberada a distribuição aos accionistas de dividendos no montante de 8.520.432 Euros. Foi ainda deliberada a transferência de 22.454.403 Euros de Resultados Transitados para Outras Reservas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

19. RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado líquido individual das entidades incluídas no perímetro de consolidação:		
· Banco Santander Consumer Portugal	9.636.420	10.650.540
· Silk Finance No.3 Limited	187	-
· Fundo Silk Finance No.3	-	-
· IT Car – Aluguer e Comércio de Automóveis	-	(97.656)
	<u>9.636.607</u>	<u>10.552.884</u>
Ajustamentos de consolidação:		
· Imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	773.592	(2.528.068)
· Outros	(228)	-
	<u>10.409.971</u>	<u>8.024.816</u>
	=====	=====

20. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2009 e 2008, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Garantias prestadas	776.894	776.894
Compromissos perante terceiros	99.997.034	105.875.041

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Compromissos perante terceiros” respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco tinha registado provisões para fazer face a eventuais encargos a incorrer com estes compromissos no montante de 122.267 Euros (Nota 14). Em 31 de Dezembro de 2008, estas provisões estavam registadas no âmbito da rubrica “Imparidade para crédito”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

21. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	70.168.852	73.093.469
. Juros de crédito em locação	20.396.850	25.152.303
. Comissões associadas ao custo amortizado		
. De intermediação	(11.363.735)	(13.054.847)
. Rappel	(4.899.400)	(4.923.798)
. Apoio Fixo	(618.489)	(573.106)
. Juros de derivados de negociação	5.851.703	-
. Juros de adiantamentos de "factoring"	5.200.556	6.990.269
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	1.498.439	1.556.157
. Comissões de abertura de contrato	3.159.418	4.215.171
. Outros juros e proveitos		
. Operações de concessão de crédito	38.734	44.178
. Outros	58.791	224.230
	<u>89.491.720</u>	<u>92.724.026</u>
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	33.589.062	43.854.914
. Juros de empréstimos subordinados	476.842	883.318
. Juros de depósitos de outros residentes	2.241	180.556
. Juros de operações de factoring	90.145	252.077
. Juros de derivados de negociação	5.879.577	-
. Outros	156.123	17.646
	<u>40.193.989</u>	<u>45.188.511</u>
Margem Financeira	<u>49.297.731</u>	<u>47.535.515</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

22. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2009 e 2008, os Rendimentos e encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	5.730.054	3.901.920
. Comissões por prestação de serviços	1.566.871	2.337.620
. Operações de factoring	1.084.623	1.377.812
. Despesas de cobrança de rendas	2.104.996	816.827
. Garantias prestadas	1.450	5.799
. Outros proveitos de comissões	1.747.256	1.568.478
	<u>12.235.251</u>	<u>10.008.456</u>
Encargos com serviços e comissões		
. Por serviços bancários de terceiros	1.079.616	1.078.154
. Comissões de colocação de seguros	749.884	724.706
. Comissões de apoio fixo por contrato	1.222.581	1.913.418
. Outros custos com comissões	151.963	360.567
	<u>3.204.044</u>	<u>4.076.845</u>
	<u>9.031.207</u>	<u>5.931.611</u>
	=====	=====

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros" respeita a comissões recebidas pelo BSCP de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica "Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros" encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas.

23. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucros em operações financeiras:		
. Ganhos em instrumentos financeiros	-	50.283
. Outros lucros financeiros	1.256	11.564
	<u>1.256</u>	<u>61.847</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
. Outros prejuízos financeiros	18.901	9.128
	<u>18.901</u>	<u>9.128</u>
	<u>17.645</u>	<u>52.719</u>
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

24. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outros proveitos de exploração:		
· Prestação de serviços	345.763	201.014
· Mais-valias em bens de locação financeira	1.094.136	1.199.266
· Outros	2.406.884	2.555.780
	<u>3.846.783</u>	<u>3.956.060</u>
Outros custos de exploração:		
· Menos-valias em bens de locação financeira	2.244.321	1.164.376
· Outros custos de exploração	131.511	489.561
· Outros impostos	961.648	991.648
	<u>3.337.480</u>	<u>2.645.585</u>
	<u>509.303</u>	<u>1.310.475</u>
	=====	=====

A rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui nomeadamente comissões recebidas pela cobrança de seguros e indemnizações por lucros cessantes em terminações de contratos.

25. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2009 e 2008 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão	177.504	191.032
· Remunerações dos empregados	5.956.003	5.492.588
	<u>6.133.507</u>	<u>5.683.620</u>
Encargos sociais:		
· Segurança Social	1.301.709	1.345.675
· Outros encargos	186.153	237.144
	<u>1.487.862</u>	<u>1.582.819</u>
Outros custos com o pessoal:		
· Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	481.888	295.096
· Indemnizações contratuais	130.262	66.213
· Comparticipação de juros de crédito à habitação	60.633	144.871
· Outros	312.325	176.834
	<u>985.108</u>	<u>683.014</u>
	<u>8.606.477</u>	<u>7.949.453</u>
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	1	1
Quadros superiores	21	20
Quadros técnicos	154	159
Administrativos	35	44
	----	----
	211	224
	===	===

26. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviços especializados:		
· Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	2.603.670	2.621.103
· Recuperação de valores e viaturas	2.562.390	1.957.462
· Informática	1.414.582	1.303.041
· Advocacia	1.018.861	1.031.648
· Segurança e vigilância	224.145	206.152
· Assistência e software	223.645	162.733
· Outros serviços especializados	1.186.319	1.127.685
Rendas e alugueres	613.403	586.303
Comunicação	1.478.055	1.721.431
Publicidade	932.601	1.294.074
Seguros, serviços judiciais e contencioso	571.619	478.303
Conservação e reparação	522.968	473.711
Avenças e honorários	447.825	517.647
Água, energia e combustíveis	330.551	363.255
Deslocações, estadas e representações	234.886	237.180
Material de consumo corrente	200.964	348.089
Encargos com emissão de obrigações	30.750	15.042
Encargos com formação	21.497	33.726
Outros fornecimentos e serviços	87.833	398.969
	-----	-----
	14.706.564	14.877.554
	=====	=====

27. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca Comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e "Factoring".
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2009 e 2008, foi a seguinte:

	2009				2008			
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	84.268.309	5.223.411	-	89.491.720	85.733.757	6.990.269	-	92.724.026
Juros e encargos similares	(39.021.145)	(1.172.844)	-	(40.193.989)	(39.865.144)	(5.333.367)	-	(45.188.511)
Rendimentos de serviços e comissões	11.821.768	1.087.404	(673.921)	12.235.251	7.945.003	1.377.812	685.641	10.008.456
Encargos com serviços e comissões	(3.204.045)	-	-	(3.204.045)	(4.076.845)	-	-	(4.076.845)
Resultados em operações financeiras	(17.645)	-	-	(17.645)	52.719	-	-	52.719
Outros resultados de exploração	509.303	-	-	509.303	1.310.475	-	-	1.310.475
Produto da Actividade Bancária	54.356.545	5.137.971	(673.921)	58.820.596	51.109.965	3.024.714	685.641	54.830.320
Outros custos e proveitos				(48.410.625)				(46.805.504)
Resultado Líquido do Exercício				10.409.971				8.024.816
Crédito a clientes (valor líquido)	1.064.383.548	185.171.566	-	1.249.555.114	1.073.739.308	178.140.684	-	1.251.879.972
Activo líquido total	1.134.847.386	183.736.360	-	1.318.583.776	1.073.739.308	178.140.684	45.493.740	1.297.373.712
Recursos de outras instituições de crédito	911.976.678	156.469.761	-	1.068.446.439	953.333.516	121.546.619	-	1.074.880.135
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.578.092	-	-	4.578.092	6.172.739	-	-	6.172.739

Nos exercícios de 2009 e 2008, a actividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos registados no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados do Banco que têm origem em operações realizadas com partes relacionadas têm a seguinte composição:

Entidades do Grupo Santander:

	2009						
	Banco Santander, S.A.	Santander Consumer Finance	Banco Santander Totia	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Isban SL (Espanha)	Produban	Multitrent
Balanço							
<i>Activos</i>							
Activos financeiros detidos para negociação	5.362.985	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-	27
Outros activos							
Rendimentos a receber	-	-	-	-	-	-	200.000
Outros devedores	-	-	169.220	1.433.898	744.635	-	36.191
<i>Passivos</i>							
Recursos de outras instituições de Crédito	-	(727.816.979)	(9.850.293)	-	-	-	-
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	-	(45.107)
Passivos financeiros detidos para negociação	(5.377.474)	-	-	-	-	-	-
Empréstimos subordinados	-	(15.069.364)	-	-	-	-	-
Demonstração dos resultados							
Juros e rendimentos similares	5.851.703	-	58.324	-	-	-	-
Juros e encargos similares	(5.879.577)	(33.187.037)	(98.304)	-	-	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	274.009	1.345.629	34.760	-	72.500
Gastos gerais administrativos	-	-	-	-	-	(77.744)	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008						
	Santander Consumer Finance	Banco Santander Totta	Isban PT - Engenharia e Software Bancário	Isban SL (Espanha)	Produban	Multirent	Total
Balanço							
<i>Activos</i>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	1.265	1.265
Outros activos							
Rendimentos a receber	-	-	-	-	-	86.228	86.228
Outros devedores	-	53.465	1.123.713	949.417	-	86.846	2.213.441
<i>Passivos</i>							
Recursos de outras Instituições de Crédito	(1.049.453.908)	(25.426.227)	-	-	-	-	(1.074.880.135)
Recursos de clientes	-	-	-	-	-	(22.589)	(22.589)
Empréstimos subordinados	(15.236.802)	-	-	-	-	-	(15.236.802)
Outros passivos							
Encargos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Demonstração dos resultados							
Juros e rendimentos similares	-	159.095	-	-	-	-	159.095
Juros e encargos similares	(44.091.157)	(719.488)	-	-	-	-	(44.810.645)
Outros resultados de exploração	(81.339)	-	-	-	-	(144.500)	(225.839)
Gastos gerais administrativos	-	-	(535.712)	(231.310)	(209.518)	-	(976.540)

Membros do Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração contraiu créditos junto das entidades do Banco nem adquiriu títulos representativos do respectivo capital social.

29. GESTÃO DE RISCOPolíticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção "Risco de Crédito" do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2009			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.814.467	29.814.467	-	29.814.467
Activos Financeiros detidos para negociação	-	5.362.985	-	5.362.985
Crédito a clientes, excluindo encargos diferidos	1.282.129.199	1.284.204.572	(59.643.505)	1.224.561.067
Outros activos, excluindo encargos diferidos	20.557.981	20.557.981	(2.669.812)	17.888.169
	<u>1.332.501.647</u>	<u>1.339.940.005</u>	<u>(62.313.317)</u>	<u>1.277.626.688</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	776.894	776.894	(7.769)	769.125
Compromissos Irrevogáveis	99.997.034	99.997.034	(114.498)	99.882.536
	<u>100.773.928</u>	<u>100.773.928</u>	<u>(122.267)</u>	<u>100.651.661</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<i>Patrimoniais</i>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	3.600.085	-	3.600.085
Crédito a clientes	1.281.878.814	1.284.705.168	(55.020.080)	1.229.685.088
Outros activos	24.122.399	24.122.399	(988.864)	23.133.535
	<u>1.309.601.298</u>	<u>1.312.427.652</u>	<u>(56.008.944)</u>	<u>1.256.418.708</u>
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Garantias prestadas	776.894	776.894	(7.769)	769.125
Compromissos Irrevogáveis	105.875.041	105.875.041	(50.452)	105.824.589
	<u>106.651.935</u>	<u>106.651.935</u>	<u>(58.221)</u>	<u>106.593.714</u>

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

	2009		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	670.845.133	191.641	671.036.774
Créditos com incumprimento	49.491.277	3.330.268	52.821.546
Créditos em default	14.919.392	31.217.298	46.136.690
	<u>735.255.802</u>	<u>34.739.208</u>	<u>769.995.010</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	140.371.815	5.476	140.377.293
Créditos com incumprimento	10.740.904	684.332	11.425.236
Créditos em default	2.621.686	6.704.093	9.325.778
	<u>153.734.405</u>	<u>7.393.901</u>	<u>161.128.307</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	139.740.473	28.773	139.769.246
Créditos com incumprimento	8.191.502	389.305	8.580.807
Créditos em default	1.264.008	2.574.966	3.838.974
	<u>149.195.982</u>	<u>2.993.044</u>	<u>152.189.026</u>
Total	<u>1.038.186.190</u>	<u>45.126.153</u>	<u>1.083.312.343</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	2008		
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	617.015.004	1.003.142	618.018.146
Créditos com incumprimento	63.333.293	3.639.524	66.972.817
Créditos em default	19.219.360	22.792.718	42.012.078
	<u>699.567.657</u>	<u>27.435.384</u>	<u>727.003.041</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	181.456.955	329.042	181.785.997
Créditos com incumprimento	16.583.124	938.484	17.521.608
Créditos em default	4.767.473	6.890.512	11.657.985
	<u>202.807.552</u>	<u>8.158.038</u>	<u>210.965.590</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	134.568.620	207.956	134.776.576
Créditos com incumprimento	9.560.482	473.643	10.034.125
Créditos em default	1.756.237	2.618.654	4.374.891
	<u>145.885.339</u>	<u>3.300.253</u>	<u>149.185.592</u>
Total	<u>1.048.260.548</u>	<u>38.893.675</u>	<u>1.087.154.223</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- "Créditos sem incumprimento" – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- "Créditos com incumprimento" – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2009 e 2008, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se, entre outras, garantidas pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de "factoring" com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.3 d) acima, ascendem a 9.456.870 Euros e 20.376.713 Euros, respectivamente. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de "factoring", no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O respectivo montante na data de referência das demonstrações financeiras ascendia a 9.946.319 Euros e 15.233.073 Euros, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Créditos renegociados

De acordo com a política de gestão de risco de crédito do Banco, as operações com valores em incumprimento devido a dificuldades do devedor, cujos termos iniciais de liquidação das responsabilidades sejam alterados em função da capacidade de pagamento do devedor, permanecem registados como crédito vencido até à liquidação integral dos saldos em dívida.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos ("Asset Liabilities Committee" – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os "cash flows" contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2009					
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	35.822	-	-	-	-	35.822
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.814.467	-	-	-	-	29.814.467
Crédito a clientes (Saldos brutos)	75.072.475	128.102.947	350.903.856	507.770.816	268.697.669	1.454.018.551
Financiamento de vendas a crédito	487.085	1.716.712	14.680.795	105.175.519	157.124.988	389.000.100
Leasing	338.763	1.394.811	10.409.086	69.533.650	111.036.403	219.223.729
ALD	229.151	1.716.987	6.269.632	42.798.440	31.340.962	91.748.821
Factoring	1.508.225	98.105.020	46.623.942	-	-	146.237.187
Crédito Financeiro de Stocks	-	1.243.993	-	-	-	1.243.993
Descobertos em DO	1.066.470	-	-	-	-	1.066.470
Outros	677	220.866	-	-	-	221.543
	<u>104.922.764</u>	<u>128.102.947</u>	<u>350.903.856</u>	<u>507.770.816</u>	<u>268.697.669</u>	<u>1.483.868.840</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de outras instituições de Crédito	(27.446.439)	(180.426.858)	(404.538.174)	(431.902.470)	(89.031.304)	(1.133.345.245)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.578.092)	-	-	-	-	(4.578.092)
Passivos subordinados	-	-	(260.973)	(891.409)	(1.010.122)	(15.114.063)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(56.363.418)	-	(1)	-	(56.363.419)
Cauções recebidas - contratos de ALD	(1.765)	(367.915)	(2.266.082)	(9.357.245)	(7.314.466)	(21.660.041)
	<u>(32.026.296)</u>	<u>(237.158.191)</u>	<u>(407.065.229)</u>	<u>(442.151.125)</u>	<u>(97.355.892)</u>	<u>(1.233.223.384)</u>
Diferencial	<u>72.896.468</u>	<u>(109.055.244)</u>	<u>(56.161.373)</u>	<u>65.619.691</u>	<u>171.341.777</u>	<u>250.645.476</u>
2008						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos
<u>Activo</u>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	90.117	-	-	-	-	90.117
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	-	-	-	-	3.600.085
Crédito a clientes (Saldos brutos)	16.621.661	227.465.730	325.531.056	510.072.396	269.272.316	1.446.823.574
Financiamento de vendas a crédito	487.085	1.716.712	14.680.795	105.175.519	157.124.988	389.000.100
Leasing	338.763	1.394.811	10.409.086	69.533.650	111.036.403	219.223.729
ALD	229.151	1.716.987	6.269.632	42.798.440	31.340.962	91.748.821
Factoring	1.508.225	98.105.020	46.623.942	-	-	146.237.187
Crédito Financeiro de Stocks	-	1.243.993	-	-	-	1,243.993
Descobertos em DO	1.066.470	-	-	-	-	1,066.470
Outros	677	220.866	-	-	-	221,543
	<u>20.311.863</u>	<u>227.465.730</u>	<u>325.531.056</u>	<u>510.072.396</u>	<u>269.272.316</u>	<u>1.450.513.776</u>
<u>Passivo</u>						
Recursos de outras instituições de Crédito	(25.426.227)	(366.579.209)	(175.712.082)	(396.737.145)	(171.187.835)	(1,137.642.498)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(6.172.739)	-	-	-	-	(6,172.739)
Passivos subordinados	-	(455.969)	(291.985)	(1,052.943)	(1,073.085)	(15,228.126)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(37,560.397)	-	-	-	(37,560.397)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(963.328)	(1,930.670)	(12,255.147)	(5,529.810)	(22,034.578)
	<u>(31,598.965)</u>	<u>(405,558.903)</u>	<u>(177,934.737)</u>	<u>(412,045.235)</u>	<u>(177,790.730)</u>	<u>(15,583.749)</u>
Diferencial	<u>(11,287.103)</u>	<u>(178,093.173)</u>	<u>147,596.319</u>	<u>98,027.161</u>	<u>91,481.586</u>	<u>229,901.456</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica "Crédito a clientes", foram classificados no intervalo temporal "À vista";
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de "Crédito a clientes" não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" foram classificados no intervalo temporal "À vista".
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.
- Não foram considerados os "cash flows" contratuais de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições *back-to-back* (simétricas).

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

31-12-2009					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	12.327	23.495	35.822	-	35.822
Disponibilidades em outras instituições de crédito	285.945	29.528.522	29.814.467	-	29.814.467
Crédito a clientes (saldos brutos)	651.493.214	576.453.279	1.227.946.493	81.252.126	1.309.198.619
	651.791.486	606.005.296	1.257.796.782	81.252.126	1.339.048.908
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(1.041.000.000)	(9.850.293)	(1.050.850.293)	(17.596.146)	(1.068.446.439)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(4.578.092)	(4.578.092)	-	(4.578.092)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(69.364)	(15.069.364)
Outros passivos financeiros	(21.660.419)	(56.363.419)	(78.023.838)	-	(78.023.838)
	(1.062.660.419)	(85.791.804)	(1.148.452.223)	(17.665.510)	(1.166.117.733)
Exposição Líquida	(410.868.933)	520.213.492	109.344.559	63.586.616	172.931.175

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2008				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	50.529	39.588	90.117	-	90.117
Disponibilidades em outras instituições de crédito	458.531	3.141.554	3.600.085	-	3.600.085
Crédito a clientes (saldos brutos)	762.211.102	472.001.862	1.234.212.964	72.745.309	1.306.958.273
	<u>762.720.162</u>	<u>475.183.004</u>	<u>1.237.903.166</u>	<u>72.745.309</u>	<u>1.310.648.475</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de outras Instituições de Crédito	(1.023.426.227)	(30.000.000)	(1.053.426.227)	(21.453.908)	(1.074.880.135)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.317.893)	(3.848.189)	(6.166.082)	(6.657)	(6.172.739)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(236.802)	(15.236.802)
Outros passivos financeiros	(22.034.578)	(37.560.397)	(59.594.975)	-	(59.594.975)
	<u>(1.047.778.698)</u>	<u>(86.408.586)</u>	<u>(1.134.187.284)</u>	<u>(21.697.367)</u>	<u>(1.155.884.651)</u>
Exposição Líquida	<u>(285.058.536)</u>	<u>388.774.418</u>	<u>103.715.882</u>	<u>51.047.942</u>	<u>154.763.824</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de "taxa fixa".
- A coluna "Outros" inclui os seguintes saldos:
 - Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
 - Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 50 e 100 bps (basis point value) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo repricing ocorra em 2010 e 2009, respectivamente, é o seguinte:

	2009			
	- 50 bp	- 100 bp	+ 50 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(6.585.753)	(13.171.506)	6.585.753	13.171.506
Juros e encargos similares	5.522.392	11.044.784	(5.522.392)	(11.044.784)
Margem financeira	<u>(1.063.361)</u>	<u>(2.126.723)</u>	<u>1.063.361</u>	<u>2.126.723</u>
	2008			
	- 50 bp	- 100 bp	+ 50 bp	+ 100 bp
Juros e rendimentos similares	(2.796.508)	(5.593.016)	2.796.508	5.593.016
Juros e encargos similares	2.642.851	5.285.703	(2.642.851)	(5.285.703)
Margem financeira	<u>(153.657)</u>	<u>(307.313)</u>	<u>153.657</u>	<u>307.313</u>

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2010 e 2009, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Justo Valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	35.822	35.822	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.814.467	29.814.467	-
Crédito a clientes	1.249.555.114	1.267.184.215	17.629.101
	<u>1.279.405.403</u>	<u>1.297.034.504</u>	<u>17.629.101</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	1.068.446.439	1.092.591.061	(24.144.622)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.578.092	4.578.092	-
Outros passivos subordinados	15.069.364	14.773.952	295.412
	<u>1.088.093.895</u>	<u>1.111.943.106</u>	<u>(23.849.210)</u>
	2008		
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença
<u>Activo</u>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	90.117	90.117	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.600.085	3.600.085	-
Crédito a clientes	1.251.938.193	1.249.617.481	(2.320.712)
	<u>1.255.628.395</u>	<u>1.253.307.683</u>	<u>(2.320.712)</u>
<u>Passivo</u>			
Recursos de outras instituições de crédito	1.074.880.135	1.082.730.929	(7.850.794)
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.172.739	6.172.739	-
Outros passivos subordinados	15.236.802	15.294.061	(57.259)
	<u>1.096.289.676</u>	<u>1.104.197.730</u>	<u>(7.908.054)</u>

Na análise dos quadros acima deverão considerar-se os seguintes aspectos:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2009 e 2008, respectivamente, para operações com características semelhantes;
- Relativamente aos passivos subordinados, face às condições de mercado em vigor nas datas de referência, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi considerado que o Banco irá exercer a "call option".
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro (activos e passivos financeiros detidos para negociação), uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

30. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade individual encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o rácio de solvabilidade ao nível das demonstrações financeiras individuais do Banco ascende a 10,45% e 10,92%, respectivamente.

31. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2009, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	Montante emitido	Data reembolso	Rating Fitch	Remuneração
Classe A	500.000.000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	184.000.000	Julho de 2025	Not rated	Residual
Classe C	3.900.000	Julho de 2025	Not rated	Residual
	<u>687.900.000</u>			

As obrigações emitidas foram totalmente adquiridas pelo Banco.

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efectuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 7).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, trimestralmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento será seguido até Agosto de 2012, altura em que esse produto das cobranças de capital entregues passará a ser utilizado pelo Fundo para, trimestralmente proceder ao reembolso, por redução ao valor nominal, das Unidades de Titularização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais detêm a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

**BANCO SANTANDER
CONSUMER PORTUGAL, S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2009
acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 1.318.583.776 Euros e capital próprio de 120.615.368 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.409.971 Euros, as Demonstrações do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Lisboa, 28 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao longo do exercício de 2009 acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços do Banco e dos órgãos sociais das suas participadas, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados e o respectivo Anexo, bem como o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Maio de 2010



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco